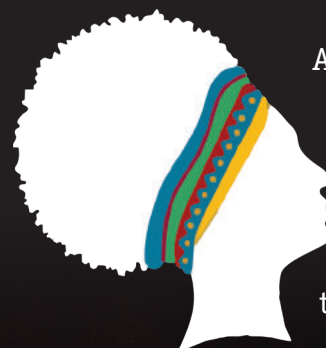


Revista **Socialismo e Liberdade** n°22 | 2018

Especial Marielle



Assassinato escancara a violência de classe e seus alvos preferenciais: negros, pobres, mulheres, lésbicas e os que lutam pela transformação social.

“Não há como desconectar a luta indígena da vida nas cidades”

Sonia Guajajara, candidata a copresidenta na chapa de Guilherme Boulos, fala de sua história e da necessidade de união dos de baixo contra o modelo econômico que privilegia grandes empresas e destrói o meio ambiente



Entregar a Embraer e a Eletrobras significa acelerar o atraso e apostar na desindustrialização

O Brasil precisa de uma reforma tributária que cobre dos ricos o preço do desenvolvimento

A crise argentina evidencia que o ultraliberalismo desorganiza a produção e a sociedade



FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS

Presidente
Francisvaldo Mendes de Souza

Diretor Técnico
Frederico de Oliveira Henriques

Diretor Administrativo-financeiro
Rodrigo da Silva Pereira

Conselho de Curadores

Presidente: **Luiz Arnaldo Dias Campos**;
Membros efetivos: **Carolina de Paula Peters, Honório Luiz de Oliveira Rego, Ewerson Cláudio de Azevedo, José Carlos Miranda, Rosa Maria Marques, Haroldo Freitas Pires de Saboia**; Membros suplentes do Conselho de Curadores: **Rodolfo Vianna Baldocchi, Breno de Souza Rocha e José Luis Oca.**

Membros do Conselho Fiscal

Presidente: **Alexandre Varella**; Membros efetivos: **Leandro Tavares Fontes Coutinho e Miguel Tadeu Carvalho**; Membros suplentes do Conselho Fiscal: **Luciana Gomes de Araújo, Eliane da Silva.**

Conselho Editorial

**Áurea Carolina
Chico Alencar
Cid Benjamin
Denise Gentil
Edmilson Rodrigues
Gilmar Mauro
Glauber Braga
Guilherme Boulos
Haroldo Saboia
Ivan Valente
Jean Wyllys
José Paulo Neto
Luciana Araújo
Luciana Genro
Luiz Araújo
Luiza Erundina
Marcelo Freixo
Maria Rita Kehl
Michael Löwy
Milton Temer
Valerio Arcary**

Revista

Socialismo e Liberdade

A **Revista Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo. As ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Gilberto Maringoni**. Comitê Executivo: **Denise Simeão, Edson Carneiro Índio, Fernando Antônio Pinto da Silva, Luiz Arnaldo Dias Campos, Luiza Coppieters, Mário Azeredo, Odilon Guedes, Rodolfo Vianna, Rosa Maria Marques, Valerio Arcary**. Produtor editorial: **André Trindade**. Revisão: **Maritza Walska Arruda**. Editoração Eletrônica: **Alternativa Mídia e Gestão**. Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - Campos. Elíseos - CEP: 01202-002 - São Paulo-SP - Brasil. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br - fundacao@laurocampos.org.br - [facebook.com/laurocampos](https://www.facebook.com/laurocampos). Tiragem: 10 mil exemplares.

S U M Á R I O

EDITORIAL

Francisvaldo Mendes de Souza

3

ENTREVISTA COM SONIA GUAJAJARA

Gilberto Maringoni e Valerio Arcary

4

OS DESAFIOS DA ESQUERDA

Francisvaldo Mendes de Souza

12

O QUE ESTÁ EM DISPUTA?

Juliano Medeiros

15

A PEC DA MORTE, A DEMOCRACIA ESCANCARADA E A PRIVATIZAÇÃO DA COISA PÚBLICA

Rosa Maria Marques

19

ELETROBRAS PODE TERMINAR COMO MAIS UM CAPÍTULO DO DESMONTE NACIONAL

Rita Casaro

22

A ENTREGA DA EMBRAER E A ROTA DO ETERNO ATRASO

Demétrio G. C. de Toledo

26

A REFORMA TRIBUTÁRIA QUE O BRASIL PRECISA

Odilon Guedes

30

ESPECIAL MARIELLE FRANCO

34

POR QUE MARIELLE?

Talíria Petrone

37

COMPREENDER A INTERSECÇÃO GÊNERO, RAÇA E CLASSE É QUESTÃO DE VIDA OU MORTE

Luciana Araújo

42

A DESPOLITIZAÇÃO DE UM CRIME POLÍTICO: A DISPUTA DE NARRATIVAS

Rodolfo Vianna e Tatiane Ribeiro

46

O LONGO CAMINHO DOS DIREITOS HUMANOS

Débora Camilo

50

OU ELES OU NÓS

Claudio Katz

55

A OFENSIVA DO TET, A DERROTA QUE SE TRANSFORMOU EM VITÓRIA

Luiz Arnaldo Dias Campos

58

FAKE NEWS: COMO ENFRENTAR A DESINFORMAÇÃO SEM CERCEAR A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Bia Barbosa e Jonas Valente



E D I T O R I A L

Esta edição de Socialismo e Liberdade é finalizada em um dos momentos mais dramáticos da história da República. O desmonte do Estado e de suas instituições, movido a toque de caixa pela coalizão golpista, literalmente coloca o Brasil em perigo. A dilapidação do patrimônio público por meio de um surto de privatizações, cujo sentido é desnacionalizar o controle de áreas estratégicas para cobrir as contas do ano, tem como consequência imediata o enfraquecimento da soberania nacional, a pauperização da população e - pior de tudo - o travamento de qualquer rota de futuro. Isso se dá em meio a um processo eleitoral decisivo. Se um dos candidatos direitistas ganhar, teremos a legitimação do golpe pelo voto. Isso significa sacramentar como irreversíveis a PEC/95, que congela por 20 anos o orçamento público federal, a reforma trabalhista, o desmonte da Petrobras, a entrega da Embraer e uma série de retrocessos em cascata. Se vencer a esquerda - em qualquer de suas matizes - podemos recobrar um espaço perdido de luta política para colocar o povo como centro de um projeto de desenvolvimento e de reconstrução do Estado por vias democráticas e distributivas. Pensando nisso, optamos pela nossa entrevista central ser com Sonia Guajajara, a candidata à copresidência da República na chapa de Guilherme Boulos. Ela fala da sua história e prega uma urgente união entre os povos do campo e da cidade para romper com o ciclo de concentração de renda e dilapidação do meio ambiente em curso no Brasil. O presidente do PSOL, Juliano Medeiros, e eu examinamos as dificuldades e opções da conjuntura atual para derrotar a direita.

Publicamos quatro artigos sobre a desestruturação do Estado. Começamos com um texto didático e profundo da professora de Economia da PUC-SP, Rosa Maria Marques, sobre as implicações devastadoras da PEC/95. Em seguida, a jornalista Rita Casaro mostra os danos da privatização da Eletrobras para a retomada de um projeto de desenvolvimento. O professor de Relações Internacionais da UFABC, Demétrio Toledo, examina os meandros da venda da Embraer para a Boeing e Odilon Guedes traça as linhas mestras de uma reforma tributária progressista. Apresentamos um dossiê especial sobre Marielle Franco, nossa companheira assassinada em abril, no Rio de Janeiro. A vereadora de Niterói, Talíria Petrone, as jornalistas Luciana Araújo e Tatiane Ribeiro, o linguista Rodolfo Vianna e a advogada Débora Camilo colocam na mesa a articulação entre etnia/raça e classe na cena política e a institucionalização da violência como forma da resolução de conflitos sociais. Na cena externa, o economista argentino Claudio Katz traça um panorama amplo sobre as causas e consequências da política ultraliberal do governo Macri. Luiz Arnaldo Dias Campos relembra o heroísmo vietcongue da Ofensiva do Tet, em 1968. Por fim, Bia Barbosa e Jonas Valente, jornalistas e integrantes do grupo Intervenções, traçam uma radiografia da campanha contra as chamadas fake news e as ameaças promovidas pelos monopólios da mídia contra a liberdade de expressão.

Boa leitura!

Francisvaldo Mendes de Souza
Diretor-presidente da Fundação Lauro Campos

Entrevista a
Gilberto Maringoni
e Valerio Arcary

**“O Capitalismo
não foi criado
para se preocupar
com as pessoas”**

**Sonia
GUAJAJARA**

Candidata do PSOL à
vice-presidência da República

Sonia Guajajara é uma das mais importantes lideranças indígenas e ambientais brasileiras e compõe com Guilherme Boulos a chapa do PSOL-PCB, em aliança com movimentos sociais, para a presidência da República. Dirigente da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), que congrega mais de 300 povos, origina-se dos Guajajaras/Tentehar que habitam as matas da Terra Indígena Arariboia no Maranhão.

É a primeira vez na história do país que uma indígena integra uma chapa majoritária federal. É um feito carregado de significados políticos e simbólicos e sintetiza uma luta de cinco séculos contra a opressão colonial e de classe sobre nossos povos originários.

Nesta entrevista, Sonia conta sua história de militância, a luta dos índios brasileiros e os projetos para governar o Brasil.

Por que as pessoas devem votar no Guilherme e em você?

Votam porque sofremos as mesmas opressões as quais o povo brasileiro é submetido. Uma indígena e um guerreiro da luta pela

**Estamos, pela
primeira vez,
disputando um
processo eleitoral
e em uma chapa
presidencial.
E não só uma
liderança
indígena, mas
uma liderança
indígena mulher**

Sonia Guajajara

QUEM É

Maranhense (1974), com pais analfabetos, morou até os 15 anos em sua terra indígena, no município de Amarante, próximo a Imperatriz. cursou o ensino médio em Minas Gerais, com apoio da Funai. É graduada em Letras e Enfermagem e pós-graduada em Educação pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

HISTÓRIA

Sua militância começou em organizações de base da Igreja católica e

na Coordenação das organizações e articulações dos povos indígenas no Maranhão-Coapima. Em seguida integrou a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-Coiaab e chegou à coordenação executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil-APIB. Esteve à frente de movimentos pela manutenção de direitos e de preservação ambiental.

Tem atuação internacional junto ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e já levou denúncias às Conferências Mundiais do Clima-COP de 2009 a 2017 e outros órgãos internacionais.



MIDIANINHA

moradia expressam, em seu simbolismo, algo significativo: de um lado, uma mulher que denuncia com sua história as opressões dos modelos colonial, neocolonial e imperialista que ceifam a vida por meio da força do capitalismo. Através dos séculos essa força vem destruindo a nossa morada, a Mãe Terra. De outro lado, temos um lutador, um jovem que decidiu entregar a sua vida para superar as desigualdades e as injustiças que assistiu ao longo de sua trajetória. Essa aliança, entre o homem urbano e a mulher indígena das matas, expressa com força o novo modelo de desenvolvimento que deve imperar no Brasil. Superar o “entreguismo”, a má política e construir um novo modelo econômico contrário aos históricos modelos de sociedades industriais, consumistas e, ambientalmente, predatórios, é urgente e necessário. Dessa forma, acredito que só a nossa candidatura é capaz de apresentar uma plataforma como essa, assim como só a nossa geração é capaz de construí-la.

Há algum preconceito por você ser mulher ou indígena?

Diretamente não, mas a gente percebe de forma indireta. Às vezes as pessoas demonstram surpresa: “nossa, uma indígena!” Porém, o que tenho ouvido mais frequentemente é o oposto: “que bom que tem uma indígena!”. Quando as pessoas me abordam é de forma positiva e acreditam que é isso mesmo, que tem de ter uma indígena ocupando esse espaço da política institucional. Estamos, pela primeira vez, disputando um processo eleitoral numa

A gente ficava na casa das pessoas como babá ou como doméstica, para poder estudar, ter um lugar para ficar. Ninguém recebia salário, era casa e comida. Trabalhava o tempo todo. Hoje eu sei que é trabalho escravo, mas, na época, não sabia. Aos 12 anos, eu cuidava de duas crianças e levantava muito cedo para fazer café da manhã

chapa presidencial formada não apenas por uma liderança indígena, mas uma liderança indígena mulher. Entretanto, nas redes sociais há uma demonstração absurda de ignorância e racismo.

Como você chegou ao movimento indígena?

Sempre fui muito participante e muito atuante. Por eu ter uma curiosidade de tentar entender as coisas desde menina, as lideranças, os caciques, me chamavam para participar de reuniões. Nessa época eu já gostava muito de ler e de escrever. Eu sempre estava ali para registrar as discussões.

Como foi a sua infância?

Sou do município de Amarante, onde está minha terra indígena, Arariboia. Fica perto de Imperatriz. Nasci no povoado Campo Formoso, uma pequena vila, que por ocasião da demarcação da terra indígena Arariboia ficou fora da área demarcada. Cresci entre o povoado e a aldeia e fiquei lá até os dez anos trabalhando com meu pai e minha mãe. Ele sempre trabalhou na roça e eu sempre o acompanhei plantando e colhendo arroz. Quem desejava estudar tinha de sair de lá para continuar o ginásio.

Quando você se interessou pela política?

Aos dez anos, além de participar da vida nas aldeias, comecei a tomar parte de discussões na Igreja Católica. Ia muito ao interior, a cavalo ou a pé, falando com pessoas. Zezinho Bahiano era um grande líder na luta pela terra e pela reforma agrária e eu

circulava com ele pelos interiores, articulando com pequenos produtores. Logo, fui estudar em Amarante e morei na casa de uma família, algo muito comum naquela época. A gente ficava na casa das pessoas como babá ou doméstica para estudar e ter um lugar para morar. Ninguém recebia salário, apenas casa e comida. Trabalhava o tempo todo. Hoje, sei que isso é considerado trabalho escravo, mas na época não. Aos 12 anos, eu cuidava de duas crianças e levantava muito cedo para fazer café da manhã. Foi na luta pela vida que compreendi a necessidade de superar as opressões, o machismo, as desigualdades e o preconceito. Acredito que essa longa história de opressão me deixou não apenas com uma forte consciência e desejo de lutar para superar, mas me deu dimensão do papel que eu deveria cumprir. Foi aí que percebi que minha missão não era apenas com a linhagem sanguínea, mas com o povo oprimido deste país, que tem em sua história a opressão iniciada com a morte de muitos indígenas há 518 anos.

Você ficou em Amarante até que idade?

Saí aos 14 anos de idade. Carregava no íntimo um desejo enorme de estudar como se estivesse percebendo a necessidade de me preparar para algo maior. As meninas se casavam muito cedo e até hoje é assim. Ficar na roça como única atividade impossibilitaria minha missão e ter filho cedo também.



MIDIANINHA

Sonia em audiência pública na Câmara

Na campanha do Lula, em 1994, despertei para a formação política. Queria entender um pouco mais o funcionamento da sociedade, o sistema de opressor e oprimido, que já faziam parte de minha consciência, porém com poucos elementos para uma análise mais profunda

Pensava em uma alternativa para sair. Aos 15 anos fui estudar no colégio interno Caio Martins, em Minas Gerais. A Funai fez uma parceria, achou importante mandar alguns indígenas para lá, e apontou meu nome. Cursei magistério. Fiquei lá com outro Guajajara chamado Ubiraci. Mais tarde, vários indígenas foram também. Fiquei de 1989 a 1991. Foi o início de uma nova etapa.

E você já atuava publicamente?

Em 1993, eu me aproximei de Manoel da Conceição, histórico líder camponês maranhense. Minha irmã foi casada com o filho dele durante dez anos. Acompanhei todos os processos de mobilização. Na campanha do Lula, em 1994, despertei para a formação política. Ficaram mais nítidas as injustiças e as desigualdades. Queria entender um pouco mais o funcionamento da sociedade, o sistema de opressor e oprimido que já faziam parte de minha consciência, porém com poucos elementos para uma análise mais profunda. Assim, compreendi que para superar qualquer dificuldade teria que ser sem medo e com muito amor.

Como você se vinculou ao movimento?

Em 1988, algumas lideranças indígenas lutaram para garantir nossos direitos na Constituição, mas não era ainda um movimento organizado. Naquele momento, criou-se uma articulação nacional entre o

Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil-Capoibe. A partir de 1989, foram formadas a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-Coiab e a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES-Apoimne. Em 2001, passei a integrar o movimento ao participar de uma conferência nacional organizada com apoio do Conselho Indigenista Missionário - Cimi, que era para avaliar e pensar estratégias, após marcha dos 500 anos que aconteceu em 2000 em Porto Seguro, na Bahia.

Houve alguma mudança na política indigenista a partir dos governos do PT?

Aconteceu uma maior participação no controle social, nos conselhos e na elaboração das políticas públicas. Tivemos mais acesso às políticas universais. Contudo, não houve avanço nos processos de demarcação de terra – o essencial para nós – como era esperado. Precisamos reconhecer que foi um governo importante para ampliar o orçamento nas políticas indigenistas – coisa que não temos em tempos de golpe – percebendo os limites que o governo do Lula e da Dilma possuíam por conta da aliança estabelecida para garantir a governabilidade.

Se não houver um governo disposto a proteger os direitos históricos dos povos indígenas da Amazônia, o que vai acontecer?

Não são os povos indígenas da Amazônia, são os povos indígenas do Brasil. Se não houver um governo sensível às nossas pautas, vamos fazer o que fazemos há 518 anos: lutar, lutar e lutar por nossos territórios, por nossa ancestralidade e por nossa cultura. Somos filhos e herdeiros da luta e faremos do combate a nossa trincheira para a construção da verdadeira revolução social que este país necessita.

Qual a relação do movimento indígena com a Igreja Católica e com o Cimi?

Por muito tempo, o Cimi teve o papel de protagonista na luta em defesa da causa indígena. O Cimi foi fundamental – juntamente com outros parceiros – para que nos últimos anos, chegássemos a conquistar maior autonomia e protagonismo na luta para decidir, realizar ações e atividades. O Cimi desempenha muito bem o papel da denúncia nacional e internacional e tem sistematizado bem a questão da violência contra os po-

Hoje, a gente tem os dois dos maiores aquíferos de água doce do mundo, o Guarani, no sul e sudeste, e o Alter do Chão, no norte. Há um início de negociação entre o governo Temer e grandes corporações, como Coca-cola e Nestlé, que querem comprar o aquífero Guarani



vos indígenas. De 2005 para cá, realizamos o acampamento Terra Livre, a maior mobilização indígena no Brasil. Lá no início, o Cimi era o principal associado dessa mobilização. Hoje, ampliamos leque de parceiros, e agora temos inúmeras entidades que se juntaram a nós. Somos protagonistas de nossas lutas.

Belo Monte é símbolo de um projeto. A ideia é a seguinte: o progresso tem um custo inexorável do ponto de vista da destruição ambiental e a recompensa do progresso vale a pena. Vou ter luz em casa, produzida por uma fonte renovável, o que embeleza a ideia de que a destruição não é relevante. Qual sua opinião?

Acredito que Belo Monte é símbolo de uma concepção de desenvolvimento falida. Essa ideia de combater os problemas sociais produzindo uma sociedade fincada na industrialização e na utilização desarmônica dos recursos naturais, expressa no símbolo que é Belo Monte, coloca em xeque a perpetuação de toda forma de vida. É bom sempre lembrar: o guardião da vida é a Mãe Terra. Percebamos que se esse modelo gerasse promoção das igualdades permanentes não haveria pobreza na principal cidade atingida por Belo Monte. Vejamos a falsa afirmação de que Belo Monte foi construída para fazer chegar a luz na minha casa, na sua casa. Até porque Altamira/PA é a cidade com a energia mais cara do Brasil. Eu pergunto: cadê o combate às injustiças? É preciso lembrar que Altamira é a cidade mais violenta do país – segundo o mapa da violência em 2018 – e os paraenses pagam uma das contas de luz mais altas no país. Estive lá várias vezes, desde o início da obra até o término. Vi famílias mostrando o talão da conta de luz. Ganham meio salário mínimo, em alguns casos, e não conseguem compreender o alto preço da energia, mesmo morando no mesmo município produtor daquela energia, com a usina logo ali. Dilma fez questão de inaugurar Belo Monte para ser uma marca do seu governo. Nós lutamos contra aquilo, ao mesmo tempo em que estávamos contra o impeachment. Por mais que a gente tenha diferenças conjunturais e programáticas com o seu governo, entendíamos que o impeachment era um golpe. A gente sabe o que é ser justo e não apoiamos injustiças. Isso foi muito dolorido para nós. Portanto, o símbolo da inauguração e o símbolo da obra é o sinal de que temos diferenças, e deste lado impera

MÉDIA NINJA



Brasília, 2017: em defesa dos direitos indígenas

a compreensão de que defendemos muito mais do que iniciativas paliativas para um povo, defendemos verdadeiramente a humanidade e dos demais seres vivos.

A situação dos indígenas piorou com o golpe?

Sim, um retrocesso incomparável. Isso se dá a partir da total paralisação das demarcações das terras, cortes no orçamento da Funai e nas políticas indigenistas, sem mencionar a crueldade das fortes matérias aprovadas no Congresso. Por mais que tenha havido redução dessas ações nos governos Lula e Dilma, agora – no governo ilegítimo de Temer – há uma decisão política de se impedir a demarcação das terras indígenas. O atual governo está revendo processos já concluídos e entregando cargos importantes da Funai e dos órgãos de promoção das políticas indigenistas para a bancada ruralista.

Na questão da violência, houve mudança?

Continua crescente. Primeiro, porque a falta de demarcações, por si só, já gera conflito. Em diversos relatórios e pesquisas percebe-se que há um número muito maior de problemas nas terras não regularizadas. Nos locais já demarcados, os conflitos se dão por falta de uma política de proteção que favorece as invasões e exploração ilegal dos recursos naturais. Em tempos de golpe, os

Caso queira entender o que foi a colonização, você vai ler os livros de história, mas não encontra a nossa história nos livros, pois o que há é a versão do invasor. Hoje, muitos indígenas estão aparecendo como grandes historiadores, recuperando a história e escrevendo

fazendeiros e as multinacionais se sentem muito respaldados para esse enfrentamento. E por terem força no Congresso se acham os donos de tudo e acima da lei. Eles matam sem pudor, por terem certeza da impunidade. Vejam o caso da Samarco e da Vale, que seguem totalmente impunes. Pensam que basta pagarem uma compensação ou alguma coisa ali para quem foi atingido que tudo esteja restabelecido. Não há reparo possível! Esse caso, inclusive, tem que ser considerado como crime hediondo contra a humanidade.

Existe uma articulação latino-americana dos povos indígenas?

Tem a Coica (Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica). É como se articulam os indígenas da Amazônia Legal, com nove países. Nós temos uma relação com a Aliança Mesoamericana de Povos e Bosques – AMPB, da América Central. Para além do continente, há a Aliança dos Povos Indígenas da Indonésia – Aman, a maior organização indígena da região.

Quem quiser conhecer mais profundamente a causa indígena, o que deve ler ou fazer?

Falando por mim, eu não li. Eu vivi. Eu vivo. Não precisei ler nada para entender essa história. Se você quer entender o que foi a colonização, você vai ler os livros de história. Mas não encontra a nossa história nos livros, pois o que há é a versão do inva-

sor, dos algozes, não apenas dos indígenas, mas do povo brasileiro. Hoje, felizmente, muitos indígenas estão aparecendo como grandes historiadores, recuperando a história e reescrevendo a narrativa dos primeiros povos do Brasil, ou seja, a verdadeira história de nossa nação. Se você quer saber o que foi a violência contra os povos indígenas na ditadura, a Comissão da Verdade trouxe vários números, inclusive constatou que mais de 8,5 mil deles foram mortos em todas as regiões do Brasil. Há outros trabalhos, por exemplo, o Instituto Socioambiental - ISA tem várias obras importantes. A cada dois anos, eles publicam **Os povos indígenas no Brasil**. Ali, se informa que temos 305 povos, 274 línguas faladas, e há a estimativa da existência de cem povos isolados. O ISA tem catalogado muito bem isso. O Cimi também tem publicações importantes que tratam do relatório da violência e o Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB traz publicações em relação à gestão ambiental dos povos indígenas, os projetos de gestão territorial espalhados em várias partes do Brasil, sobretudo, na Amazônia.

Há uma enorme campanha no mundo para nos convencer de que, apesar de tudo, a vida civilizada nunca foi tão boa. Essa visão defende que o capitalismo construiu uma ordem mundial que, apesar de todas as suas limitações, é a melhor possível. Qual é a sua opinião sobre o capitalismo?

Minha visão do capitalismo é a pior possível. Acredito piamente que não vai servir aos princípios de manutenção dos seres vivos. Para nós, é muito claro: o capitalismo não foi criado para se preocupar com a vida das pessoas. O capitalismo se preocupa em promover a dominação da condição de ser humano e da natureza, por meio da utilização inclemente dos recursos naturais e da privatização da vida. As pessoas passam muito mais tempo em seus trabalhos, preocupadas com boletos e contas, do que com o direito de desfrutar de cultura, da convivência com suas famílias e amigos, isto é, não têm o mínimo de direito à liberdade. Essa ideia hegemônica de civilização e desenvolvimento aprisiona a vida das pessoas, porque promove a cultura da intolerância, do individualismo, além de combater os valores de solidariedade, fraternidade, justiça, respeito e coletividade. E isso fica mais nítido quando observamos



THALITA OSHIRO

Não há como se desconectar a luta indígena da vida na cidade. É por isso que a gente defende essa grande articulação entre os povos para podermos garantir as futuras gerações

o cotidiano social nas favelas, comunidades, aldeias e até mesmo no campo. Falta tudo: educação, saúde, moradia, saneamento básico etc. Promove-se uma ideia de comportamento que privilegia um padrão de vida sustentado num consumo insustentável, injusto e desigual, beneficiando apenas uma pequena parcela e excluindo a ampla maioria. Nesse sentido, é hora de superar essa perspectiva de “vida” que o capitalismo vende como sendo o “melhor dos mundos”. Acredito que a saída para isso está nas comunidades, nas favelas, nas aldeias indígenas, nos quilombos e nos campos. Esses territórios, apesar de toda exclusão que atravessam, são cheios de amor, de solidariedade, resistência e luta. É vivendo harmonicamente com o meio ambiente, respeitando a diversidade cultural, comportamental, sexual e promovendo o amor que se combate esse mal que ceifa vidas e sonhos. O capitalismo não segue o caminho da vida: segue o caminho da exploração e do acúmulo de riqueza em uma parcela privilegiada. Para quem serve essa exploração? Certamente, não é para a maioria do povo. Assim, precisamos pensar no bem-viver como uma ferramenta para conquistar a qualidade de vida e como fiador da manutenção da vida e das futuras gerações. Quem defende o capitalismo não defende a vida, mas promove, mesmo sem intenção, o fim da existência humana e joga a humanidade no caos das incertezas, no suicídio, no crime, na pobreza, na fome e na miséria.

A maioria do povo brasileiro é formada por trabalhadores que vivem nas cidades. É possível uma aliança entre os povos indígenas e o povo pobre das cidades?

Acreditamos que essa aliança é possível e necessária. Tanto nós, indígenas, quanto a maioria dos povos das cidades compartilhamos do mesmo processo de opressão. Essa é uma aliança dos oprimidos em contraposição aos opressores. A gente precisa combater esse modelo de desenvolvimento que está aí que deixa milhões sem moradia, sem o direito à terra, sem educação, sem cultura, sem saúde, sem saneamento básico, à mercê do crime e da própria sorte. Não combater é perpetuar as desigualdades e os privilégios. Esse modelo que hoje libera os territórios para as grandes plantações de monocultura está cada vez mais expulsan-

MIDIANINUA



do as pessoas de lá para vir para as cidades, um espaço urbano limitado e que não suporta concentrar o número de pessoas que já existem nesses ambientes, quanto mais suportar os que pensam em migrar devido à profunda exclusão pelo que passam.

Você acha que a candidatura Guilherme-Sonia expressa isso?

Totalmente. Acredito que a nossa chapa não só expressa essa luta, mas ela é a única possibilidade para um modelo alternativo de desenvolvimento que vê na defesa do direito à vida, em harmonia com o planeta, uma saída para as opressões que acometem o povo mais pobre deste país. Temos essa convicção e essa certeza de que temos de combater as desigualdades sociais, respeitando e garantindo o direito das pessoas a partir das suas origens. Quem é do campo tem que ter a garantia, o espaço, a oportunidade para se desenvolver lá. Não estou dizendo que as pessoas não têm que sair para estudar. Saia quem quiser, mas que tenham o direito inclusive de estudar em seu próprio ambiente, e não em uma educação que seja distinta de sua necessidade e sua realidade.

Você é socialista?

Sou uma guerreira de um exército que defende a vida, a harmonia entre ser humano e natureza. Sou uma guardiã da Mãe Ter-

O capitalismo não foi criado para se preocupar com as pessoas. O capitalismo se preocupa com o lucro. Quando se fala em “capitalismo verde”, o que pode significar? Na minha visão, é a mercantilização. O capitalismo não segue esse caminho da vida. A gente precisa pensar no bem-viver para preservação do meio ambiente e para as pessoas

ra, enquanto provedora e mantenedora da vida. Se isso for ser socialista, posso afirmar que sou ecossocialista.

O que é ser uma mulher e liderança indígena ecossocialista?

Posso afirmar que é ser promotora da vida e anunciadora da felicidade por meio do amor entre os seres humanos e natureza. É viver todo dia fazendo enfrentamentos e lutas por igualdade de oportunidade para mulheres e homens e, principalmente, lutar contra o capitalismo, o machismo, o sexismo, a lgbtfobia, o racismo, o colonialismo, o ódio e as opressões que estão aí querendo ditar as regras para o país e para o mundo, colocando em xeque a existência da vida.

A gente precisa fazer com que as pessoas olhem e aprendam com os povos indígenas, porque a própria história mostra ser possível ter essa relação harmoniosa com o meio ambiente sem destruí-lo. A arqueologia comprova a existência da presença indígena no Brasil há 15 mil anos. A própria vegetação nativa, com a biodiversidade que tem, não é somente fruto da natureza, mas também do manejo e da gestão que os indígenas fizeram durante esses milhares de anos. Essa riqueza da biodiversidade também é a diversidade do nosso modo de vida.

Os Desafios da Esquerda

Num mundo marcado pela agressividade crescente do poderio dos EUA, a esquerda brasileira precisa buscar organicidade e diretriz política para derrotar a direita em suas variadas matizes

Francisvaldo Mendes

A correlação de forças políticas nos tempos atuais coloca vários pontos de atenção para a esquerda e apresenta múltiplos desafios para os setores comprometidos em superar o modelo da exploração que predomina no globo terrestre. De um lado, não se

sabe quais caminhos serão escolhidos pela China na disputa dos rumos do capitalismo, podendo vir de várias formas, tanto a guerra quanto a possibilidade de seguir na disputa de hegemonia - entre os principais centros de dominação - para o controle do sistema global.

A vitória de Trump, nos EUA, ampliou o

leque de medidas ainda mais reacionárias e intolerantes em escala mundial, com fortalecimento da narrativa do ódio. Isso, por sua vez, não representa um deslocamento das condições objetivas de controle da natureza e de produção, o que envolve diretamente o trabalho humano em seus vários aspectos. A determinação do controle das



A vitória de Donald Trump, nos Estados Unidos, potencializou um leque de medidas reacionárias e intolerantes em escala mundial. O preconceito com o diferente, com o estrangeiro e com o pobre é reforçado pela exacerbação do racismo, do sexismo, do machismo e da lgbtfobia. Em países ricos, a crise econômica abre espaço para xenofobia. No centro de tudo está o fator trabalho, com salários cada vez mais baixos e contratos precarizados

propriedades e da elevação do lucro continua determinando o sistema capitalista, mas em vários pontos distintos do mundo há elementos ideológicos como o racismo, o sexismo, o machismo, a xenofobia que incidem direta ou indiretamente nas várias formações sociais em escala nacional.

Há muitos acontecimentos no mundo que devem ser colocados no devido lugar para uma formulação mais objetiva. Os resultados eleitorais na América Latina são exemplos disso. A vitória de Obrador no México, Maduro na Venezuela ou Epsy Campbell Barr, primeira mulher negra vice-presidente na Costa Rica, não indicam alteração do vetor fundamental do sistema. O poder do capitalismo sobre o mundo, que interdita a potência humana criativa e transforma o trabalho em exercício de manutenção de vida por meio dos salários, cada vez mais com contratos precarizados, marcam os rumos em nível planetário. Todas as conquistas, ainda que localizadas, de curta onda ou com limitados aspectos são importantes na organização das ações, mas não determinantes.

ATENÇÃO DA ESQUERDA

A esquerda precisa se colocar atenta ao que ocorre em vários pontos, seja nas produções de guerra para manter o poderio capitalista, seja nas vitórias dos setores mais reacionários ou de como o liberalismo, ainda hegemônico, se mantém em escala internacional.

Assim, os olhos para os caminhos da China, que possui hoje, isoladamente, a maior população em escala mundial (mais de 1,3 bilhão de pessoas) e o idioma com maior concentração entre as línguas mães (cerca de 1 bilhão de pessoas dentre 7,6 bilhões de pessoas do mundo - ONU 2015) são elementos centrais de poder, mas nada que coloque em risco os modelos ideológico, jurídico e político que organizam a ordem capitalista no mundo. Dessa forma, também não o fazem algumas vitórias pontuais na América Latina ou Europa, que podem até produzir algumas narrativas democratizantes, mas não são lentes fundamentais para o enfrentamento sistêmico ao capital. Por outro lado, a estética e as narrativas de Trump não são hegemônicas nos próprios



ILUSTRAÇÃO: GILBERTO MARINGONI

organismos do sistema capitalista, como o Banco Mundial ou a ONU, e esses fatos demandam da esquerda clareza e organização para enfrentar a correlação de forças em escalas local e internacional.

ALIANÇA BRASILEIRA

No Brasil se vive um reflexo do momento político mundial no qual surgem fenômenos que afetam eleitoralmente. Com a prisão de Lula, até o momento, a chamada direita e os setores mais conservadores em geral não conseguiram produzir uma alternativa com possibilidades de disputa real do cenário eleitoral que se avizinha. A esquerda, também, não conseguiu gerar alternativa crescente que pudesse avançar para uma evidente opção popular até o momento, haja vista estarmos no esforço da construção de uma alternativa que supere a forma tradicional de organização com a aliança entre o PSOL e os Movimentos Sociais, por meio da candidatura de Guilherme Boulos. Todas as pesquisas eleitorais produzidas por organizações dominantes com narrativas também dominantes, até agora, indicam existir somente o único que disputa, com possibilidades de ganhar no primeiro turno, que é Lula. Ou seja, a retirada de Lula do processo, caso não consiga se colocar como candidato, não aponta crescimento de candidaturas expressas de esquerda nem dos próprios reacionários ou alinhados ao discurso hegemônico do capital. Uma situação própria de um “bonapartismo sem bonaparte” se desenha no país.

As marcas do populismo que tomaram a América Latina, mais vinculadas a diretrizes esquerdizantes ou às diretrizes da direita, tomam todo o ambiente. Há uma sucumbência progressiva das organizações coletivas aos indivíduos. Esse fato vale para o próprio Estado e suas instituições.

Para além disso, o simbolismo que tomou o assassinato de Marielle, fruto do ataque ideológico que vivemos no mundo, é também mais um exemplo da correlação de forças desfavorável, atualmente. Tirado o elemento da crueldade e da forma violenta em que foi cometido o assassinato, fator evidente, as muitas das manifestações e ações realizadas por alguns procuram a aproximação da comoção nacional e mundial que o fato gerou, correndo o risco de, às vezes, limitar-se ao crescimento nos processos eleitorais e políticos. De alguma forma, as narrativas se ajustaram ao ocorrido, mas ainda não indicam caminhos de mudanças significativas na disputa política em curso do sistema capitalista.

AÇÕES REAIS

Nesse diapasão, buscando alterar a correlação de forças favorável à esquerda e com ambientes para crescimento do PSOL, indicam-se as seguintes ações:

1 Fortalecer todas as organizações da sociedade civil que tenham como discurso básico o enfrentamento das desigualdades e as narrativas que disputam com as visões predominantemente reacionárias, liberais, racistas ou machistas no Brasil.

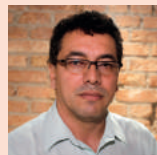
2 Investir em formação em todos os aspectos, temas e abordagens teóricas, conceituais ou históricas, que fortaleçam os sujeitos que podem atuar para transformação.

3 Saber escolher os inimigos e não fortalecer com ações motivadas pela estética da guerra ou de movimentos que são próprios dos setores dominantes, como prática da esquerda.

4 Construir um programa no qual o enfrentamento das desigualdades seja elemento central, com políticas a serem implementadas pelo Estado e por ações a serem desenvolvidas pelo setor da sociedade civil que sustenta em narrativas e discursos democratizantes e pela equidade em vários aspectos e nas múltiplas aparições.

5 Construir alternativas no processo eleitoral que liguem o crescimento do PSOL como organização política e possam ser representantes fundamentais de todas as políticas que defendam a vida e a dignidade humana com todas as possibilidades em todas as Unidades Federativas.

6 Avançar na unidade da esquerda com narrativas de enfrentamento das desigualdades, com proposições que conscientizem as pessoas a melhorar suas vidas e com ampliação da democracia, desde as informações até a participação de uma cidadania ativa no controle e exercício da política.



Francisvaldo Mendes
é Diretor-presidente
da Fundação Lauro
Campos

O que está em disputa?

As eleições de 2018 colocam em pauta a continuidade ou não do projeto do golpe. Enquanto outras candidaturas do campo progressista seguirão expressando a necessidade de recomposição do pacto entre capital e trabalho, rompido pela burguesia no auge da crise política de 2016, Guilherme Boulos e Sonia Guajajara afirmarão caminho oposto: a necessidade de um programa e uma democracia dos “de baixo”, capaz de combater a brutal desigualdade que marca nossa formação social e construir um novo ciclo de lutas sociais

Juliano Medeiros

As eleições de outubro ocorrerão numa situação inédita. Desde o fim do regime militar, o Brasil não vive um momento de tantas indefinições. Estas indefinições vão do desempenho econômico ao resultado eleitoral, no curto prazo, até o futuro das instituições da Nova República e das contrarreformas realizadas pelo ilegítimo governo Temer, no médio prazo. As eleições de 2018 estão sob o signo da incerteza.

A situação se torna ainda mais dramática quando observamos o que está em jogo. Há uma avaliação, senão unânime, amplamente majoritária entre a intelectualidade crítica, de que estamos diante do fim de um ciclo na política brasileira. Esse fim de ciclo seria marcado pela incapacidade das instituições da Nova República de cumprirem as promessas de justiça social consignadas na Constituição Federal de 1988. Com esse ciclo, outros fenômenos sociais e políticos também demonstram seu esgotamento, como a

polarização PT versus PSDB que marcou as duas décadas.

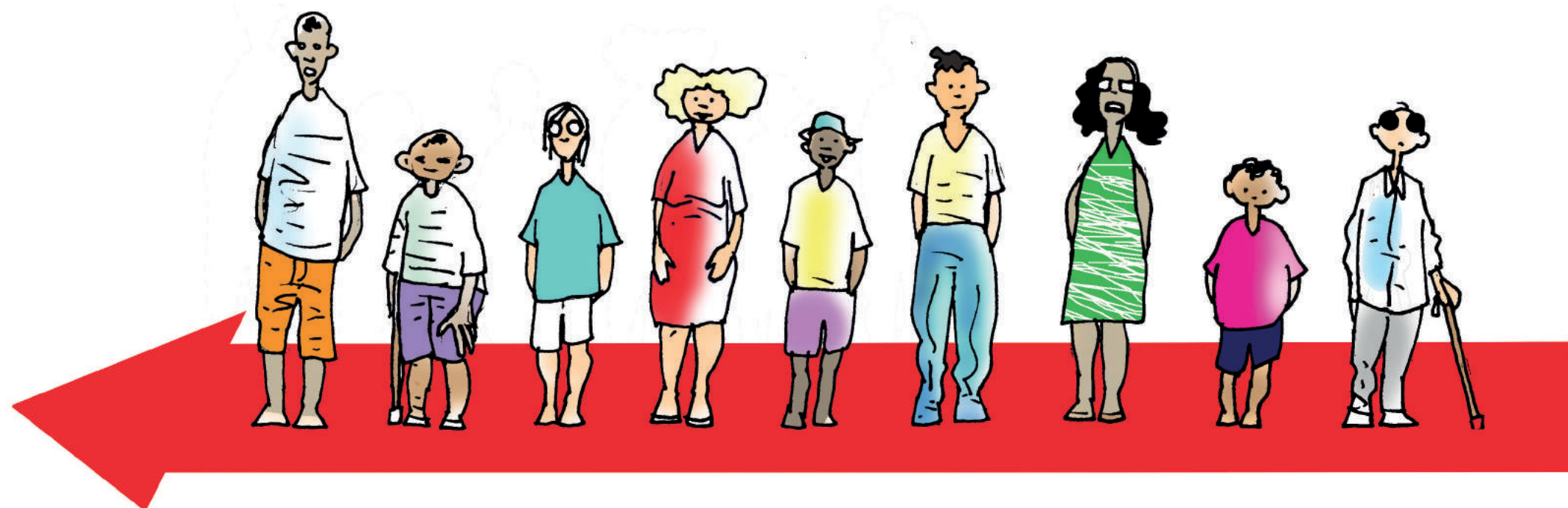
O fim do ciclo aberto na Nova República estimula uma luta aberta sobre a natureza do ciclo que se inicia. E com ela, muitas dúvidas. O que será do PT depois da primeira eleição sem a candidatura de Lula, possivelmente impugnado pela Justiça Eleitoral, após sua condenação sem provas? Poderá a direita superar a fragmentação imposta pela luta entre as frações de classe e recompor um polo politicamente hegemônico? Quais os impactos da nova etapa da crise de acumulação capitalista na periferia do sistema e, conseqüentemente, no Brasil? Como as operações judiciais incidirão sobre um possível novo arranjo de forças? Pensar o que realmente está em jogo nas eleições deste ano só é possível em diálogo com essas questões.

O FIM DO CICLO

O impeachment de Dilma Rousseff não representou apenas o fim dos governos liderado pelo PT. Ele representou, tam-

bém, a interdição por tempo indeterminado da estratégia de pacto de classes construída a partir da chegada de Lula ao governo, em 2003. Nesse pacto, descrito por André Singer como uma espécie de “reformismo fraco”, em oposição ao “reformismo forte” dos governos bolivarianos do mesmo período, todos poderiam acessar os benefícios de quase uma década de crescimento econômico ininterrupto liderado pela explosão do preço das *commodities*. Era o esplendor da Nova República: uma inédita sequência de 24 anos de governos eleitos democraticamente e que representavam a essência dos preceitos da Constituição de garantia do pleno funcionamento da economia de mercado com a gradual expansão de direitos, sempre que possível.

Enquanto oito anos de governos tuanos serviram para alicerçar as bases do neoliberalismo – com a combinação entre câmbio flutuante, metas de inflação e superavit primário – treze anos de governos petistas democratizaram direitos sociais e promoveram o acesso a bens de



consumo, sem alterar os fundamentos econômicos de seus antecessores. Com isso, chegamos a uma curiosa combinação entre uma economia com traços neoliberais – sob forte hegemonia do capital financeiro – e ganhos assegurados pelo crescimento econômico e pela vocação redistributiva da coalizão que governou o país nos últimos anos.

O PESO DO MERCADO INTERNO

Tudo parecia perfeito, até que veio 2008. No início tratada com desdém por Lula e seus aliados, a crise desencadeada no mercado imobiliário dos Estados Unidos levou a um rearranjo global da economia, com consequências drásticas para os chamados “países emergentes”. A contaminação pela crise internacional fez com que o Produto Interno Bruto-PIB acumulasse queda de mais de 4% entre o último trimestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009. O setor industrial, com redução de 11,6% nesse mesmo intervalo de tempo, foi o principal responsável pela inflexão na evolução do PIB, uma vez que o setor agropecuário registrou leve expansão.

Diante desse cenário, foi por meio do mercado interno que os governos de Lula e Dilma buscaram mitigar os impactos da crise. A aposta no imenso mercado consumidor formado pela oferta abundante de crédito e o aumento do salário-mínimo e das aposentadorias levou a um crescimento do setor terciário de 4,2% após a eclosão da crise. Graças a essa estratégia, o pacto de classes foi vitorioso nas eleições de 2010 e 2014.

As manifestações de junho de 2013 foram o ato de estreia de um descontentamento difuso endereçado às velhas formas de governar. Nesse contexto, fermentou um caldo de insatisfação que colocou a maioria do povo a favor do *impeachment*. Acuado, a esquerda viu-se responsabilizada por todos os problemas do país

Mas a crise mostraria suas garras novamente. A estagnação do crescimento, o aumento do desemprego e as políticas de austeridade adotadas a partir de 2014 levaram a uma crescente instabilidade política e econômica. Uma forte e prolongada recessão atingiu em cheio o Brasil em 2015-2016, com uma taxa de crescimento do PIB média negativa de -3,7%, acompanhado de uma piora em vários indicadores sociais.

As manifestações de junho de 2013 foram o ato de estreia de um descontentamento difuso endereçado às instituições, aos políticos e às velhas formas de governar. Nesse contexto, fermentou um caldo de insatisfação que colocou a maioria do povo brasileiro a favor da Operação Lava Jato e do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, como atestaram diversas pesquisas de opinião. Acuado, a esquerda brasileira – liderada por um partido incapaz de mostrar qualquer capacidade de resistência – viu-se responsabilizada por todos os problemas do país. Corrupção, desemprego, atrasos nas obras públicas. Tudo passou a ser vinculado ao PT e, num sentido mais amplo, à esquerda em geral. O resultado nas eleições municipais de 2016 foi uma acachapante derrota eleitoral, fazendo diminuir em 60% o número de prefeituras governadas pelo PT.

A CRISE É O “NOVO NORMAL”

Dispostas a ir às últimas consequências para salvarem seus interesses, as diferentes frações da burguesia constituíram uma ampla frente política. Sob a liderança do lugar-tenente, Eduardo Cunha, em

poucos meses essa frente reunia desde partidos que vocalizaram durante treze anos os interesses do capital financeiro na oposição – notadamente PSDB e DEM – até governistas empedernidos, como PMDB, PP ou PR. O programa dessa frente era simples: assegurar controle total sobre o fundo público para defender os interesses do mercado, conter os efeitos da crise política provocada pela Lava Jato e levar adiante contrarreformas que pudessem assegurar uma completa reestruturação do Estado brasileiro, rompendo com a natureza reformista da Constituição Federal de 1988.

Essa frente apostava numa rápida recuperação da economia em nível mundial, que alavancaria um novo ciclo expansivo no Brasil, agora “realinhado” com os interesses do centro do capitalismo global. Acontece que a recuperação não veio. E com isso, as frações de classe que promoveram o golpe parlamentar de abril de 2016 começaram a dar claros sinais de desagregação. A mobilização dos caminhoneiros, com suas características híbridas de greve e locaute, revelaram profundas fissuras entre os setores claramente pró-imperialistas, que controlam postos-chave no governo Temer, e as frações vinculadas aos setores produtivos, especialmente o agronegócio.

O calendário eleitoral, visto como uma oportunidade de legitimação do programa do golpe, tornou-se um fantasma, já que as incertezas aprofundam a divisão entre os generais do liberalismo e abre espaço para saídas extremas – à esquerda e à direita. E outras palavras, a situação vi-

vida hoje pelo Brasil não é muito diferente daquela vivida pelos países que enfrentaram processos eleitorais após a crise de 2008 na Europa. De alguma forma, é como se a crise tivesse se tornado uma nova forma de normalidade, um “novo normal”.

A SOMBRA DA CRISE

Com as medidas impostas pelo consórcio golpista que tomou o Palácio do Planalto com o apoio dos demais poderes da República – com Supremo, com tudo – o Brasil viverá constantemente sob a sombra da recessão, da crise social e da miséria. As elites, como diria Marx, plantaram a semente de sua destruição, já que o caos abre espaço para novas alternativas. Na França pós-crise, a extrema-direita e a esquerda radical somam hoje quase metade do eleitorado. Na Espanha surgiram novos partidos de massas, como Podemos e Ciudadanos. Na Grécia a esquerda radical chegou ao poder e em Portugal uma coalizão liderada pelo Partido Socialista – com apoio parlamentar do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda – governa contra os interesses da Troika há mais de dois anos. Na Inglaterra o nacionalismo xenófobo levou à saída do país da Zona do Euro e nos Estados Unidos a desesperança permitiu a eleição de Donald Trump. Esses fenômenos, cada um à sua maneira, são tributários das mu-

danças promovidas pela crise econômica e pela incapacidade do liberalismo em produzir saídas.

Na América Latina, uma onda de retrocessos marca o cenário político. A vitória dos neoliberais nas eleições no Chile, Peru e Argentina, acompanhada dos golpes parlamentares no Brasil e Paraguai, isolaram fortemente os governos anti-imperialistas da região. A instabilidade política na Venezuela, mais do que qualquer outro país, expressa claramente a combinação entre crise econômica, provocada pela queda dos preços do petróleo, e isolamento político regional.

À ESQUERDA, UMA ESPERANÇA

Mas se a crise revelou os limites da estabilidade democrática oferecida pelos velhos representantes do liberalismo econômico, ela também abriu espaço para novos processos sociais. O surgimento de novos campos políticos à esquerda está em curso em diferentes países nos últimos anos, onde as tradicionais forças da socialdemocracia – isto é, as forças de esquerda que limitaram sua ação e seu programa político aos limites da democracia representativa e à tarefa de administrar a economia de mercado – cedem cada vez mais espaço a novos partidos e movimentos que buscam representar uma agenda política crítica a esses limites, assumindo

O que será do PT após a primeira eleição sem a candidatura de Lula, possivelmente impugnado pela Justiça Eleitoral, após a condenação sem provas? Poderá a direita superar a fragmentação imposta pela luta entre as frações de classe e recompor um polo politicamente hegemônico? Quais os impactos da nova etapa da crise de acumulação capitalista na periferia do sistema e, consequentemente, no Brasil?

um discurso e um programa em favor de uma *democracia radical*.

Em alguns casos, como na Espanha e no Chile, esses novos atores sociais se institucionalizaram, dando origem a partidos políticos. Em outros, como nos Estados Unidos, após o *Occupy Wall Street*, esses processos sociais incidiram sobre a arena institucional, sem, contudo, originar novas organizações partidárias ou ensinar a formação de novos campos políticos.

Evidentemente, os processos acima mencionados são muito distintos entre si. Mas é válido crer que o surgimento simultâneo de novos atores políticos identificados com a crítica aos limites da democracia representativa e da simples “administração do sistema” em diferentes países, guarde relação entre si.

Isso seria explicado pela combinação entre os flagrantes limites dos paradigmas que orientaram as forças hegemônicas na esquerda desde a queda do Muro de Berlim na Europa e América Latina e sua incapacidade de responder aos efeitos da crise de valorização do capital e as transformações dela decorrentes. A consequência da combinação entre crise estrutural e crise epistêmica levaria, assim, a uma crise da “velha esquerda” reformista e ao surgimento de novos campos à esquerda em diversos países do ocidente, além dos já mencionados, há processos semelhantes no Peru, México, França, Portugal, Alemanha, Uruguai, Turquia e Grécia. Em muitos deles, o surgimento desses novos campos foi precedido não por um “descolamento” dos movimentos sociais que compunham o campo antes hegemônico, como sindicatos ou entidades estudantis, mas pela eclosão de processos sociais críticos aos limites da democracia representativa, dando origem a novos atores sociais coletivos. No Brasil, a aliança entre PSOL, PCB e um conjunto de movimentos sociais liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto-MTST é a que melhor expressa esse processo.

NOVAS ALIANÇAS

Dissidência à esquerda do PT legalizada em 2005 como partido, o PSOL foi a legenda partidária que mais fortemente se conectou com os processos de resistência que ganharam fôlego na última década em todo mundo. Esses processos uniram

A crise de 2008, desencadeada no mercado imobiliário dos Estados Unidos, levou a um rearranjo global da economia, com consequências drásticas para os chamados “países emergentes”. A contaminação pela crise internacional fez com que o Produto Interno Bruto- PIB acumulasse queda de mais de 4% entre o último trimestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009

uma agenda histórica da esquerda por salário, soberania nacional e direitos sociais a novas demandas por democracia, reconhecimento e liberdade.

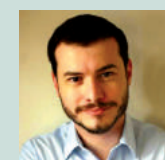
Evidentemente, o Brasil é muito diferente de países como França ou Chile, onde essa nova esquerda consolidou um espaço institucional relevante, hoje, cerca de 20% dos eleitores. Mas é inegável que a crise do paradigma socialdemocrata se alastra por todo o mundo, colocan-

do um novo antagonismo entre os limites do possível e uma *democracia radical*. Referente nacional do que seria a verdadeira tradição daquele paradigma, o Partido dos Trabalhadores, apesar da popularidade de Lula, sofre com a dificuldade de reinventar-se, para além de toda a perseguição jurídica da qual tem sido vítima.

Por isso, o que está em jogo neste fim de ciclo na política brasileira é a possibilidade de semear uma nova agenda de esquerda, radicalmente crítica aos limites da democracia das elites que institucionaliza a sub-representação das maiorias sociais – como negros e mulheres – sem perder sua perspectiva abertamente anticapitalista, antítese dos interesses das classes dominantes. Temos a oportunidade de apresentar um programa concreto para a superação da crise que rompa com os interesses das corporações que mantêm sequestrado o Estado brasileiro.

Enquanto outras candidaturas do campo progressista seguirão expressando a necessidade de recomposição do pacto entre capital e trabalho, rompido pela burguesia no auge da crise política de 2016, Guilherme Boulos e Sonia Guajajara afirmarão caminhos opostos: a necessidade de um programa e uma democracia dos “de baixo”, capaz de combater a brutal desigualdade que marca nossa formação social e construir um novo ciclo de lutas sociais, cuja perspectiva estratégica passa por uma nova lógica de organização da sociedade na busca por um socialismo democrático.

Uma eleição de Boulos e Sonia, evidentemente, não é suficiente para responder a esse desafio. Mas é parte indispensável dessa caminhada. Nossa aliança apresentará um programa, um discurso e uma prática política que desafiam a imaginação daqueles que, na esquerda, se acostumaram com os limites do possível, e isso pode encantar milhões. Reconhecendo avanços e limites em outras experiências, buscaremos ir além. Não é pouco o que está em jogo. Entreguemos o melhor de nós. O futuro do Brasil depende disso.



Juliano Medeiros
é historiador e
Presidente Nacional
do PSOL

A PEC da morte, a democracia escancarada e a privatização da coisa pública



O congelamento por 20 anos dos gastos públicos pode acarretar mudanças radicais no funcionamento da sociedade. Em lugar do interesse coletivo, teremos a defesa do interesse do capital portador de juros e o fortalecimento de seu aparato jurídico e repressor

Rosa Maria Marques

Em 15 de dezembro de 2016, foi publicada no Diário Oficial a Emenda Constitucional 95/16, chamada pelos movimentos sociais de “*PEC da morte*” desde sua tramitação na Câmara e no Senado. Ela institui um novo regime fiscal na Constituição Brasileira, definindo que os gastos federais – excluídos os juros da dívida pública – serão congelados por vinte anos, tendo como base o efetivo gasto em 2016.

Os valores dos orçamentos dos anos se-

guintes serão somente atualizados pela inflação e seus valores reais poderão, a depender dos resultados obtidos em termos de equilíbrio fiscal, ser revisados somente depois de dez anos. A justificativa tinha/tem como base o diagnóstico de que todos os males da economia brasileira se devem à suposta escalada desenfreada do gasto público e que, portanto, essa deve ter fim, pois estaria elevando o nível da dívida pública a patamares incontroláveis.

O que há de novidade nessa proposta? Quais são suas consequências? Passados

um ano e seis meses de sua aprovação, quais foram os impactos desse novo regime fiscal nas políticas públicas, especialmente nas políticas sociais?

MEDIDA SEM PARALELO

A adoção de um teto para o gasto público não é novidade, pois já foi assumida em outros países. Contudo, ao se analisar estudo publicado pelo FMI para 89 países, verifica-se que não há paralelo à proposta aqui aprovada (BOVA et al, 2015). Em nenhum lugar o horizonte temporal é tão longo;

não incluem no congelamento os gastos sociais; não deixam de fora os juros da dívida pública; e, com exceção de apenas três países pequenos - Dinamarca, Geórgia e Cingapura -, não introduzem na constituição esse dispositivo de controle do gasto público (MARQUES e ANDRADE, 2016). Contrastando com essas experiências, a EC 95/16 abrange o tempo de uma geração, não inclui as despesas com os juros da dívida pública e altera a Constituição. E, apesar de o país estar enfrentando um elevadíssimo nível de desemprego e de conviver com uma destacada desigualdade social, não houve qualquer preocupação em resguardar os programas de transferência de renda dirigidos aos segmentos mais pobres da população e o seguro desemprego.

No Brasil, o freio aplicado ao gasto público tem como objetivo a realização de superávits primários a fim de garantir o pagamento dos detentores da dívida pública. Isso foi feito a despeito de seus efeitos em provocar a deterioração da capacidade de geração de emprego e renda no país e de seus impactos sobre as políticas sociais. Mesmo que tivéssemos a hipótese de que o gasto atual é adequado - o que não é -, a emenda desconsidera que a população continuará a crescer e envelhecer nesses 20 anos. Isso exige ampliação dos gastos em determinadas área.

Os detentores da dívida, bem como de outras formas assumidas pelo capital fictício, consideram que é possível manter ad *eternum* a alta rentabilidade de seus “ativos”, sem que tenham de se preocupar com o que ocorre com a produção, com o nível do emprego, com os salários e com os gastos sociais. Eles revelam, assim, seu total descompromisso com as necessidades da população. E a EC 95/16 implica submeter totalmente o funcionamento

No Brasil, o freio aplicado ao gasto público tem como objetivo a realização de superávits primários a fim de garantir o pagamento dos detentores da dívida pública. Isso foi feito a despeito de seus efeitos em provocar a deterioração da capacidade de geração de emprego e renda no país e de seus impactos sobre as políticas sociais

do Estado brasileiro aos interesses dos detentores da dívida.

ESTADO DO CAPITAL

O Estado resultante da EC 95/16 será um Estado bem menor e descaradamente a serviço do grande capital financeirizado. Sem mediação alguma, as instituições e aparelhos se apresentarão apenas como instrumentos da perpetuação da dominação capitalista. Não é por acaso que, ao mesmo tempo em que o congelamento dos gastos públicos está sendo implantado, aprofunda-se a mercantilização da saúde, da educação e são propostas mudanças na previdência que irão ampliar a presença do setor privado nesse campo.

Ao longo dos vinte anos de vigência do congelamento, certamente pouco restará da presença do Estado nessas áreas. Se a essa possibilidade somarmos a tendência de incorporar no serviço público a lógica da administração das empresas privadas, nada restará daquilo que chamamos de coisa pública. Nem na forma, nem no conteúdo. Como disse Margaret Thatcher, “o objetivo é mudar o coração e a alma”. No lugar do interesse coletivo ou do povo, atendido mediante ações e políticas que permitem sua manutenção e reprodução - emprego, salário, rendas derivadas das políticas sociais e de outras políticas públicas -, teremos a defesa do interesse dos detentores da dívida pública, isto é, do capital portador de juros, e o fortalecimento de seu aparato jurídico e repressor para manter a ordem e a propriedade privada.

Vale lembrar que no capitalismo contemporâneo o grande capital, seja industrial ou comercial, está intimamente imbricado com o capital portador de juros e, dentro dele, o capital fictício. Por isso, denominamos o grande capital de financeirizado.

O Estado resultante da EC 95/16 será um Estado bem menor e descaradamente a serviço do grande capital financeirizado. Sem mediação, suas instituições e aparelhos se apresentarão apenas como instrumentos da perpetuação da dominação capitalista



DEMOCRACIA SEM FUNÇÃO

No plano político e mais imediato, o congelamento do gasto público tem como consequência destruir qualquer sombra que ainda possa existir da democracia burguesa e da possibilidade de o executivo, eleito em eleições gerais, ter liberdade, mesmo que relativa, para implantar o programa para o qual foi eleito.

Como é sabido, em um regime democrático burguês, o executivo é eleito pela maioria dos votos e, a partir daí, executa em teoria seu programa, o que é mediado pela representação das demais forças políticas no Congresso e pelas demandas dos setores sociais populares organizados. A concretização dessa síntese de diferentes interesses presentes na sociedade se expressa no orçamento do governo federal, pois à proposta inicial encaminhada pelo governo, somam-se emendas e supressões apresentadas pelos parlamentares. Tudo muda com a implantação do teto de gastos. É como se não houvesse importân-

cia saber quais serão o futuro presidente, deputados federais ou senadores, e qual a orientação programática que eles defendem.

A política é excluída da esfera fiscal e o presidente da República passa a ser mero executor dos interesses cristalizados na EC 95/16. Dessa forma, perde-se o último grau de liberdade que o executivo ainda detinha neste mundo globalizado, sob a dominância do capital portador de juros. Sem real capacidade de fazer política cambial frente aos movimentos dos capitais; sem real capacidade para fazer política monetária a não ser aquela ditada pela “comunidade financeira internacional”, agora, com a EC 95/16, perde-se a possibilidade de fazer política fiscal.

Em outras experiências internacionais, a definição de tetos de gastos passou por alguma mediação política - com horizontes mais curtos, possibilidades de revisão de metas, incorporação da dívida pública, etc. No Brasil, essa dinâmica de anulação da política fiscal aparece de forma crua. Ainda que permaneçam as pressões sobre o orçamento, os marcos da disputa são enquadrados segundo resultados estabelecidos previamente.



Rosa Maria Marques é Professora titular de economia da PUCSP e militante do PSOL

Os impactos já sentidos na saúde

Houve queda do nível de gasto do governo federal em 2017 depois de muita pressão dos movimentos comprometidos com o SUS, apesar de nesse ano, os 15% da Receita terem sido considerados como piso orçamentário.

a) As despesas totais efetivamente pagas com Ações e Serviços Públicos

de Saúde-ASPS pelo Ministério (resultado da soma dos restos a quitar com os pagamentos dos empenhos de 2017) foram de R\$ 107,622 bilhões, enquanto o piso para o ano era de R\$ 109,088 bilhões. Os valores ficaram, portanto, abaixo do piso - aplicação mínima - federal em ASPS em 2017.

b) As transferências para os Esta-

dos, Distrito Federal e Municípios, que representam 2/3 das despesas do Ministério da Saúde, totalizaram R\$ 67,9 bilhões em 2017, contra R\$ 66,7 bilhões em 2016, o que representou um crescimento nominal de 1,83%, abaixo do crescimento anual do IPCA/IBGE de 2,95%, ou seja, houve uma queda real dessas transferências (FUNCIA, 2018).

REFERÊNCIAS

BOVA, Elva; et al. Fiscal Rules at a Glance. International Monetary Fund, 2015. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/FiscalRules/Fiscal%20Rules%20at%20a%20Glance%20-%20Background%20Paper.pdf> Acesso em 13/11/2016.

FUNCIA, Francisco. Transferências financeiras do Fundo Nacional de Saúde para Estados e Municípios em 2017. Idisa, Domingueira, nº 17, junho de 2018. Disponível em <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-17-junho-2018>. Acesso em 10/06/2018.

MARQUES, Rosa Maria e ANDRADE, Patrick Rodrigues. Democracia burguesa e dominação do capital portador de juros: apontamentos sobre processos em curso no Brasil. O Olho da História, nº 24, 2016. Disponível em <http://oohodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/12/rosamaria-1.pdf>. Acesso em 10/06/2018.

Eletrobras

pode terminar como mais um capítulo do **desmonte nacional**

Rita Casaro

A companhia não é apenas uma geradora de energia, mas um complexo que envolve quase um terço da eletricidade produzida no país - metade de toda a transmissão - e atende seis Estados da Federação, na área de distribuição. Podemos estar diante da desarticulação do sistema energético nacional e de uma brutal elevação de preços ao consumidor

ALEXANDRE MARCHETTI/ITAPU BINACIONAL

Maior *holding* de energia da América Latina, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, completou 56 anos de instalação oficial no dia 11 de junho. A decisão de criar a companhia havia sido tomada em 1954 por Getúlio Vargas por meio de projeto de lei que enfrentou resistência no Congresso e levou sete anos para ser aprovado. Após a epopeia parlamentar, a Lei nº3.890-A, finalmente foi sancionada por Jânio Quadros, em 25 de abril de 1961 e lançada no ano seguinte, em cerimônia sob a vista do então presidente João Goulart.

Essa longa história - um marco importante da engenharia nacional e da capacidade de planejamento e realização do Estado - pode ter desfecho nada glorioso sob a batuta de Michel Temer, que anunciou, em agosto do ano passado, a intenção de privatizar a companhia.

COMPASSO DE ESPERA

Sem sucesso em aprovar a inclusão no Programa Nacional de Desestatização-PND por meio da Medida Provisória nº 814/2017, cuja validade expirou sem ter sido votada, o governo lançou mão do Projeto de Lei nº9.463/2018 que também repousa na Câmara. Com dificuldades em fazer tramitar a matéria antes das eleições previstas para outubro, os R\$ 12 bilhões que o Tesouro esperava arrecadar com a venda da empresa foram excluídos do orçamento de 2018.

A cifra é o primeiro ponto a chamar atenção no processo, tendo em vista que, segundo a própria administração federal, o total de ativos da Eletrobrás soma R\$ 170,5 bilhões e o valor patrimonial atinge os R\$ 46,2 bilhões. O evidente mau negócio com a entrega de patrimônio público a preço irrisório, porém, está longe de representar o maior prejuízo a ser causado pela privatização da empresa, conforme apontam especialistas do setor.

Maior *holding* de energia da América Latina, a Eletrobras foi criada por Getúlio Vargas em 1954. O projeto demorou sete anos para ser aprovado no Congresso. A lei foi sancionada por Jânio Quadros, em 1961. O início das obras se deu no ano seguinte, no governo Jango

MAIOR CONGLOMERADO DE GERAÇÃO

A companhia é hoje, segundo dados oficiais, o maior conglomerado brasileiro de geração de energia elétrica, tendo produzido 182,1 milhões de MWh em 2017. Isso corresponde a mais de um terço do consumo no país. No ano passado, a capacidade instalada da Eletrobras atingiu 48.134 MW, o que representa 31% do total no Brasil. Noventa e cinco por cento desse montante tem origem em fontes limpas, especialmente hídrica (*leia quadro 1*). Ainda, responde por cerca de 50% de

toda a transmissão de energia elétrica, somando 65 mil quilômetros de linhas com tensão maior ou igual a 230 KV. Também atua na área de distribuição de energia atendendo 13 milhões de habitantes numa área territorial de 2,46 milhões de km², nos Estados do Acre, Eletroacre; Alagoas, Ceal; Amazonas, Amazonas Energia; Piauí, Cepisa; Rondônia, Ceron; e Roraima, Boa Vista.

Para a Federação Nacional dos Engenheiros-FNE, se a privatização se confirmar, terá como consequência a deterioração do setor elétrico e prejudicará os interesses do país, pelo papel estratégico que a *holding* representa. “Energia é bem essencial e deve permanecer sob controle do Estado para que se garantam desenvolvimento econômico, bem-estar social e soberania nacional”, afirma o presidente da entidade e profissional do setor, Murilo Pinheiro.

PAPEL RELEVANTE

Roberto D’Araújo, diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético-Ilumina, também ressalta a relevância da companhia. “Só quem não conhece a história, não dá valor ao que a Eletrobras fez. Ela coordenou toda a expansão do setor. Se temos esse sistema de transmissão que une o Brasil de leste a oeste, é graças à Eletrobras”.

Para o especialista, é preciso ter em mente que as usinas hidrelétricas “não são meras fábricas de kw/h”. “Hidrelétrica é uma entidade na integração regional. Ultimamente, assumiu função muito mercantil, mas pode ter variados usos, como piscicultura, turismo, transporte fluvial e suprimento de água em municípios”, enumera.

Para D’Araújo é preciso retomar a função mais abrangente da Eletrobras para que o Brasil possa acompanhar as necessidades de avanço no setor elétrico e de desenvolvimento. “Poderia ter um progresso em energia solar imenso, mas o Centro de

Distribuidoras na berlinda

Suspensão do plano de desestatizar a Eletrobras em seu conjunto, o objetivo da direção da empresa e do governo federal é vender seis distribuidoras.

Para tornar o produto mais interessante ao mercado, segundo consta na jus-

tificativa do projeto de lei, a Eletrobras deve assumir cerca de R\$ 11 bilhões em dívidas das distribuidoras, cujo passivo chega a R\$ 24,9 bilhões.

Completa a promoção de venda a liberação do cumprimento de indicado-

res de qualidade no fornecimento de energia pelos futuros controladores. A denúncia foi feita ao Ministério Público Federal pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí-Sintepi.



Pesquisas de Energia Elétrica-Cepel está sendo fragilizado. Destruir a Eletrobras é burrice, você fica sem uma ferramenta. A companhia é o martelo. O problema é mão que o está segurando; o governo é a mão barbeira que está fazendo a Eletrobras de gato e sapato”.

GOLPES EM SÉRIE

Na avaliação de D'Araújo, esse processo tem se dado desde os anos de 1990, quando da privatização do setor elétrico. À época, conta ele, “jogaram para cima da Eletrobras as distribuidoras que não interessaram ao setor privado por não terem rentabilidade maior”. Para assumir o controle de distribuidoras da região Norte e Nordeste, a empresa, relata o diretor do Ilumina, “foi obrigada a pegar um empréstimo na *Reserva Global de Reversão-RGR*, fundo que não tem nada a ver com financiamento para compra de ativos”.

O segundo golpe a abalar a Eletrobras se deu no racionamento, em 2001, quando

O consumidor brasileiro paga a quinta tarifa mais cara do mundo. Com a privatização, esse fato se agravará. “Vamos voltar 30 anos, quando a maior parte da população não tinha energia elétrica”, alerta o engenheiro Fernando Pereira

o consumo caiu 25% e depois permaneceu 15% menor que o registrado antes do período de escassez. “Quando diminuiu a demanda, quem não tinha contrato passou a gerar sem ganhar nada, vendendo energia no mercado livre por uma bagatela durante quatro anos”, recorda D'Araújo.

Por fim, aponta, veio a Medida Provisória 579, editada em 2012 com o objetivo de baixar as tarifas de energia no País, atendendo especialmente a reivindicação da área industrial. O peso da medida foi assumido basicamente pelas usinas antigas da Eletrobras, cujo investimento já havia sido amortizado. Essas tiveram os preços de sua energia reduzidos drasticamente. Até meados de junho de 2018 estavam no patamar de R\$ 40,00/MWh. No entanto, a receita da empresa corresponde a apenas um quarto desse valor, o restante sendo taxas e impostos, o que a inviabiliza financeiramente.

Como resultado, tem-se o principal argumento para a privatização, que é a

Um gigante que pertence aos brasileiros

A Eletrobras controla a Amazonas GT, CGTEE, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul e Furnas. É, ainda, em nome do governo brasileiro, dona da metade do capital de Itaipu Binacional. Completam essa estrutura as seis distribuidoras na região Norte e Nordeste, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica-Cepel e a Eletropar. A geração compreende 48 usinas hi-

drelétricas, 112 termelétricas a gás natural, óleo e carvão, duas term nucleares, 70 usinas eólicas e uma usina solar, próprias ou em parcerias, distribuídas por todo território nacional.

Entre os empreendimentos da Eletrobras estão a parte brasileira de Itaipu, Tucuruí, Complexo Paulo Afonso, Xingó, Angra 1 e Angra 2, Serra da Mesa, Furnas,

Teles Pires, Belo Monte, Jirau, Santo Antônio, Complexo Eólico Campos Neutrais e a usina Megawatt Solar.

A Eletrobras é também responsável pelo programa Luz para Todos que levou energia a cerca de 15 milhões de brasileiros, entre 2003 e 2013.

Fonte: Eletrobras

Quadro 2

dívida de cerca de R\$ 44 bilhões, de acordo com balanço do primeiro trimestre de 2018, divulgado em maio último. Também é apontada como motivo para a desestatização a desvalorização das ações da empresa, cotadas a R\$ 14,72 no final de junho. Para reverter o quadro, explica o diretor do Ilumina, não há escapatória: seria necessário elevar a tarifa cobrada pelas usinas da Eletrobras.

A TARIFA DA PRIVATIZAÇÃO

A medida certamente desagradará o consumidor cativo brasileiro que, apesar dos preços da Eletrobras, paga a quinta tarifa mais cara do mundo porque outras geradoras que compõem o setor elétrico têm preços muito mais elevados, que chegam a R\$1.000/MWh. No entanto, o reajuste indicado por D'Araújo como imprescindível para sanear a empresa não se compara ao que virá por aí se ela for privatizada. “A atração de capitais privados para a venda de ações se dará justamente pela transformação dos atuais contratos de concessão de subsidiárias da Eletrobras, que estabelecem as receitas de 14 usinas hidrelétricas antigas, remuneradas pelo regime de cotas. Isso provocará aumento brutal das tarifas a serem pagas pelas distribuidoras de energia, o que, obviamente, será repassado aos consumidores finais”, aponta Murilo Pinheiro, da FNE.

“É ridículo o argumento do governo. Eles dizem que para viabilizar a financeirização da Eletrobras será feita a descotização da tarifa e, após a privatização, as usinas passarão a cobrar R\$ 250/MWh. Quem acha que vai aumentar cerca de sete vezes o preço de 16% das usinas e não haverá aumento de tarifa?”, questiona D'Araújo.

“A tarefa a ser cumprida é o resgate da Eletrobras e o aprimoramento do setor elétrico no país. Energia é bem essencial e deve permanecer sob controle do Estado para que se garantam desenvolvimento econômico, bem-estar social e soberania nacional”

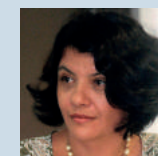
(Murilo Pinheiro, presidente da Federação Nacional dos Engenheiros)

PREOCUPAÇÃO COM CONSUMIDORES

A preocupação com os consumidores também é a principal preocupação do Coletivo Nacional de Eletricitários da Federação Nacional dos Urbanitários-FNU, que deflagrou greve pelo período de 72 horas, no dia 11 de junho, em protesto à privatização. “O dano maior será a tarifa para o consumidor. Hoje, as distribuidoras compram da geradora estatal. Se privatizar, vai ser lucro sobre lucro. Vamos voltar 30 anos, quando a maior parte da população não tinha energia elétrica”, alerta Fernando Pereira, secretário de Energia da FNU e coordenador do CNE.

Para D'Araújo seria perfeitamente possível recuperar a empresa mantendo-a pública, com a tarifa de R\$ 120,00/MWh. “O mercado vai gostar de saber que a Eletrobras estatal terá lucratividade. Se você pegar a cotação em 2011, o valor da ação corrigido é muito maior que o pico da cotação quando se anunciou que ela seria vendida. Quando a estatal tem condições de investimento, porque tem receita, o mercado gosta, sabe que ela pagará dividendos”.

Para o presidente da FNE, não resta dúvida quanto à premência de seguir esse caminho: “A tarefa a ser cumprida é o resgate da Eletrobras e o aprimoramento do setor elétrico no país. Energia é bem essencial e deve permanecer sob controle do Estado para que se garantam desenvolvimento econômico, bem-estar social e soberania nacional”.



Rita Casaro é jornalista



AGÊNCIA BRASIL

VOO SEM VOLTA

A entrega da Embraer e a rota do eterno atraso

A empresa brasileira parece seguir o destino de Ícaro, ao voar muito perto do sol. Com meio século de êxito nas modalidades de jatos regionais, aviões de treinamento e, futuramente, cargueiros aéreos, a Embraer concorre em mercados inéditos para empresas do Sul do mundo. A venda para a Boeing não se resume à mera transação comercial, mas à alienação de pesquisas de longo curso, tecnologia de ponta e conhecimento acumulado. Um governo sério trataria a questão como caso de segurança nacional

Demétrio G. C. de Toledo

Na manhã do dia 5 de julho de 2018, espremida entre a celebração da independência dos EUA, na véspera, e o jogo no dia seguinte - da seleção canarinho contra a Bélgica pelas quartas de final da Copa da Rússia - embate que o Brasil acabaria per-

dendo por 2 a 1, foi divulgado o memorando de entendimento - em inglês, *memorandum of understanding*, ou MoU - entre a Boeing e a Embraer para venda da empresa brasileira à gigante estadunidense.

O MoU adianta a intenção da Boeing de adquirir 80% da aviação comercial da Embraer por meio da formação de uma *joint*

venture entre as empresas, com possibilidade de compra dos restantes 20% em um prazo de dez anos. A isso se soma a aquisição parcial do setor de aviação militar por meio de outra *joint venture* dedicada à comercialização do cargueiro militar KC-390.

Estamos assistindo, sete décadas depois da fundação do Centro Técnico de Aero-



náutica, semente do setor aeronáutico brasileiro, e magros quatro anos antes de o Brasil completar dois séculos de sua independência, ao fim do capítulo aeronáutico de nossa história de luta por um desenvolvimento industrial tecnológico autônomo.

1. AUTONOMIA TECNOLÓGICA, DESENVOLVIMENTO E SOBERANIA

A tecnologia ocupa lugar central no modo de produção capitalista. Sua centralidade deriva não apenas de sua função nos processos de acumulação e extração de mais-valia, como também do fato de a tecnologia ser desigualmente distribuída entre os países. As relações de dominação e dependência entre Estados são definidas pelo acesso desigual à tecnologia, que conforma uma estrutura de centro e periferia no sistema internacional, atribuindo a alguns países o papel de produtores de bens de alta intensidade tecnológica e a outros o papel de produtores de *commodities*.

Essa desigualdade, por sua vez, é mantida por meio das inúmeras formas de monopólio tecnológico que restringem o acesso da periferia às tecnologias mais avançadas ou estratégicas. Mantém-se aí uma condição de dependência tecnológica em relação aos países centrais. É por isso que o desafio central do desenvolvimento das nações da periferia do capitalismo consiste em quebrar o monopólio tecnológico dos países centrais e dominar um conjunto amplo de tecnologias. É a maneira de garantir sua autonomia tecnológica e sua soberania política.

Estamos assistindo, sete décadas depois da fundação do Centro Técnico de Aeronáutica, semente do setor, e quatro anos antes de o Brasil completar dois séculos de sua independência, ao fim do capítulo aeronáutico de nossa luta por um desenvolvimento industrial tecnológico autônomo

Foi justamente isso que o Brasil conseguiu fazer na indústria aeronáutica: quebrar o monopólio tecnológico dos países centrais. Com a compra da Embraer pela Boeing, os EUA tentam restabelecer esse monopólio. É o que está em jogo nesse momento.

2. A ENTREGA DA EMBRAER: ESCOLHA ENTRE PERDER OU PERDER?

O setor de aviação comercial passa nesse momento por uma de suas mais profundas reestruturações desde o processo de fusões e aquisições da década de 1990. Dos anos 2000 para cá, o setor se estruturou em torno de um duplo duopólio: Boeing e Airbus, competindo nos mercados de aviões com capacidade de 150 ou mais passageiros; e Embraer e Bombardier, competindo nos mercados de aviões com capacidade de até 150 passageiros.

O principal argumento apresentado para defender a entrega da Embraer à Boeing faz menção à recente aquisição do projeto dos jatos regionais CSeries, da canadense Bombardier, pela europeia Airbus, e o impacto que essa mudança na estrutura do setor aeronáutico mundial poderá ter sobre a competitividade e sobrevivência da brasileira a longo prazo. Segundo esse argumento, a aquisição da Bombardier - que no último quarto de século perdeu sistematicamente para a Embraer a competição no mercado de jatos regionais - pela potente Airbus acirraria de tal modo a competição com a Embraer que a inviabilizaria em alguns anos.

A justificativa para a entrega resume-se, portanto, à seguinte disjuntiva

paradoxal: perder ou perder – perder a Embraer agora ou perder a Embraer em alguns anos. Esse argumento está correto? Haveria alternativa? Claro que sim.

A aquisição da Bombardier pela Airbus de fato muda o patamar de competição no setor de jatos regionais de médio porte. Por ora, no entanto, as principais vantagens estão com a Embraer, cuja posição em termos de qualidade de seus produtos e aceitabilidade pelo mercado é inegável. Nos termos em que o argumento foi colocado, parece que houve época em que a Embraer não enfrentou feroz e capacitada concorrência de suas competidoras e que a concorrência com a Airbus representa um desafio absolutamente inédito para a Embraer.

Se a concorrência com outras empresas altamente capacitadas não constitui novidade para a Embraer, é preciso reconhecer que a entrada em cena da Airbus ou meio da compra da Bombardier não será tarefa fácil.

A Embraer, no entanto, tem plenas condições de enfrentar e vencer essa competição por meio de alianças estratégicas com a Boeing, sem que isso implique a entrega da Embraer à Boeing. Uma das possibilidades seria estabelecer acordos em torno de projetos específicos entre as duas companhias. A Boeing também está pressionada pela aquisição da Bombardier pela Airbus – a concorrente direta – situação que daria maior poder de barganha à Embraer para negociar um contrato menos lesivo ao interesse nacional. Seriam acordos que preservassem a Embraer como empresa nacio-

A entrega de 80% do negócio de jatos regionais resultará na total desnacionalização da Embraer e no fim inglório de uma empresa cuja missão sempre foi, e precisa continuar a ser, contribuir para o desenvolvimento industrial e tecnológico do Brasil e de seu povo

nal sediada no Brasil, mantendo a ação de classe especial, a *golden share*, do Estado brasileiro e colocando a brasileira na posição de líder dos projetos. Caberia à Boeing participação minoritária na associação.

A entrega de 80% do negócio de jatos regionais – com direitos de compra do restante em um prazo de dez anos – resultará na total desnacionalização da Embraer e no fim inglório de uma empresa cuja missão sempre foi, e precisa continuar a ser, contribuir para o desenvolvimento industrial e tecnológico do Brasil e de seu povo.

A entrega nos termos propostos no MoU terá duas consequências graves. Em primeiro lugar, resultará na transferência, em médio prazo – dez anos –, de toda a estrutura de produção, pesquisa e desenvolvimento da Embraer para os EUA para ficar mais próxima da sede da Boeing e da cadeia aeronáutica estadunidense. Não haverá nenhum motivo para a empresa continuar no Brasil, que oferece vantagens locais muito pequenas comparadas aos EUA.

Em segundo lugar, a separação do setor de aviação comercial – responsável pela maior parte do faturamento e lucro da Embraer – do setor de defesa, deve inviabilizar quase imediatamente este último. Sem os volumosos ingressos de recursos advindos do setor comercial, sem a necessidade de atualização tecnológica constante, dependendo apenas de compras governamentais e enfrentando um ambiente de competição muito forte e repleto de restrições de propriedade intelectual, a área

de defesa se torna financeira, comercial e tecnologicamente inviável sem o setor de aviação comercial.

Assim, a possibilidade de que a Boeing venha a comprar num futuro próximo a empresa de defesa, cuja inviabilidade é óbvia, é muito grande.

3. OS MÚLTIPLOS IMPACTOS DA ENTREGA DA EMBRAER

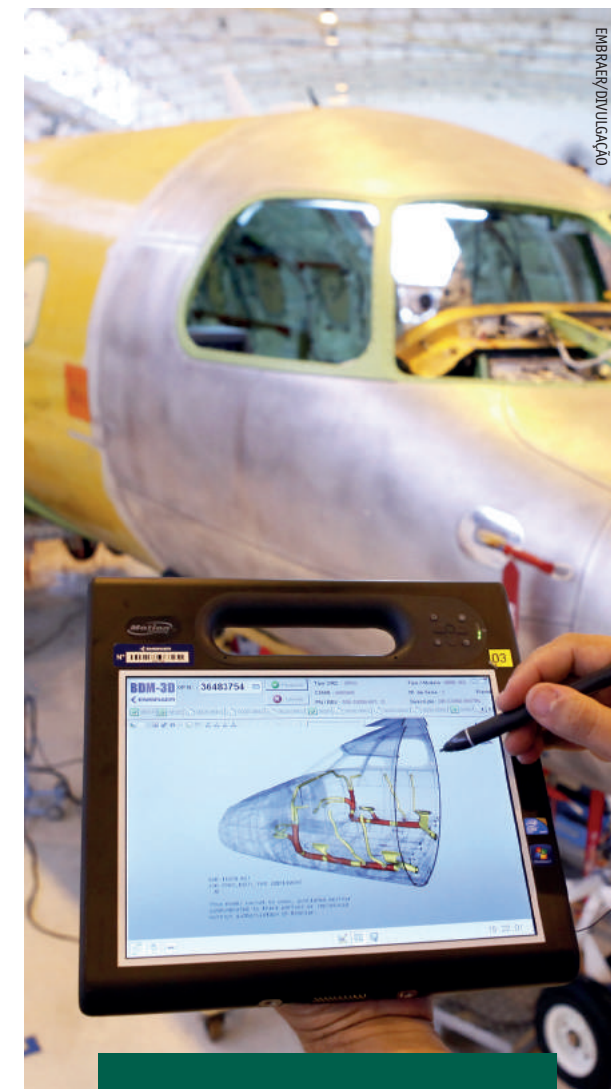
A venda da Embraer é, junto com a entrega do pré-sal, um dos lances mais ousados da geopolítica estadunidense em busca do objetivo de neutralizar qualquer pretensão de liderança regional do Brasil e de impedir o desenvolvimento nacional autônomo e soberano.

A entrega da Embraer nos relega à condição de economia primário-exportadora, revertendo oitenta anos de desenvolvimento industrializante. Alinhado a isso, a Boeing reserva ao Brasil um lugar “privilegiado” na indústria aeronáutica mundial: o papel de produtor de biocombustíveis de aviação a ser fornecidos para a Boeing em futuro próximo. Sai a empresa industrial intensiva em tecnologia, volta a plantação de cana.

O setor aeronáutico brasileiro se resume à Embraer e a umas poucas fornecedoras de produtos de baixo valor agregado e pequena intensidade tecnológica, à exceção de uma ou duas empresas. Nem por isso a Embraer deixa de ser fundamental para a combatida indústria brasileira. A necessidade de integrar a seus projetos de alta tecnologia e novos materiais, empregar processos de manufatura avançada e gerir cadeias globais de fornecedores coloca o polo de São José dos Campos em contato com o que há de mais avançado na indústria e tecnologia mundiais, com efeitos que podem se espalhar sobre outros setores industriais.

A Embraer reúne, ao lado da Petrobras, o mais competente corpo de engenharia e gestão da indústria brasileira, sendo responsável pela qualificação de trabalhadores altamente especializados. Esses engenheiros contribuem para a qualificação de empresas, universidades, laboratórios e instituições de pesquisa.

A entrega da Embraer resultará no curto prazo em corte de postos de trabalho e no médio prazo na extinção completa desses



EMBRAER/INDUSTRIALIZAÇÃO

Nenhum governo, por mais entreguista e subserviente aos interesses estrangeiros que seja, sequer proporia discutir a entrega de tão valioso patrimônio construído com o sacrifício de gerações e gerações de brasileiras e brasileiros

empregos. São 16 mil postos diretos e oito mil indiretos. O Brasil deveria aproveitar essa mão de obra especializada para fortalecer a empresa e expandir sua produção. Cada trabalhadora e trabalhador incorpora décadas de conhecimento tácito acumulado em várias gerações. O custo de descartar esse vasto repositório de conhecimento é proibitivo para um país com as carências do Brasil.

Por fim, a entrega da Embraer demole um dos pilares da Estratégia Nacional de Defesa do Brasil, o fortalecimento de nossa base industrial de defesa. A separação dos setores de aviação comercial e de defesa, ao contrário de garantir a continuidade deste sob controle do Estado brasileiro, deverá inviabilizá-lo no curtíssimo prazo, forçando sua falência ou obrigando a entrega também do setor de defesa. Nesse sentido, não é exagero dizer que a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa estão sendo decididas em Washington, e não em Brasília.

4. FIM DE LINHA, OU NEM TUDO ESTÁ PERDIDO?

A pressa da Boeing e do governo brasileiro em concluir o mais rapidamente a entrega da Embraer, deve-se ao fato de o Golpe de 2016 ter aberto uma janela de oportunidades para leiloar o país ao capital estrangeiro em geral, e ao estadunidense em particular, e submeter o Brasil aos imperativos geopolíticos dos EUA, mas isso tem data para acabar: as eleições presidenciais de 2018. Sob condições de normalidade democrática e precisando prestar contas ao povo, nenhum governo, por mais entreguista, por mais subserviente, por mais sabujamente alinhado aos interesses estrangeiros que fosse, sequer proporia discutir a entrega de tão valioso patrimônio nacional construído com o sacrifício de gerações e gerações de brasileiras e brasileiros. Eis aí mais uma razão para a esquerda vencer as eleições de 2018.



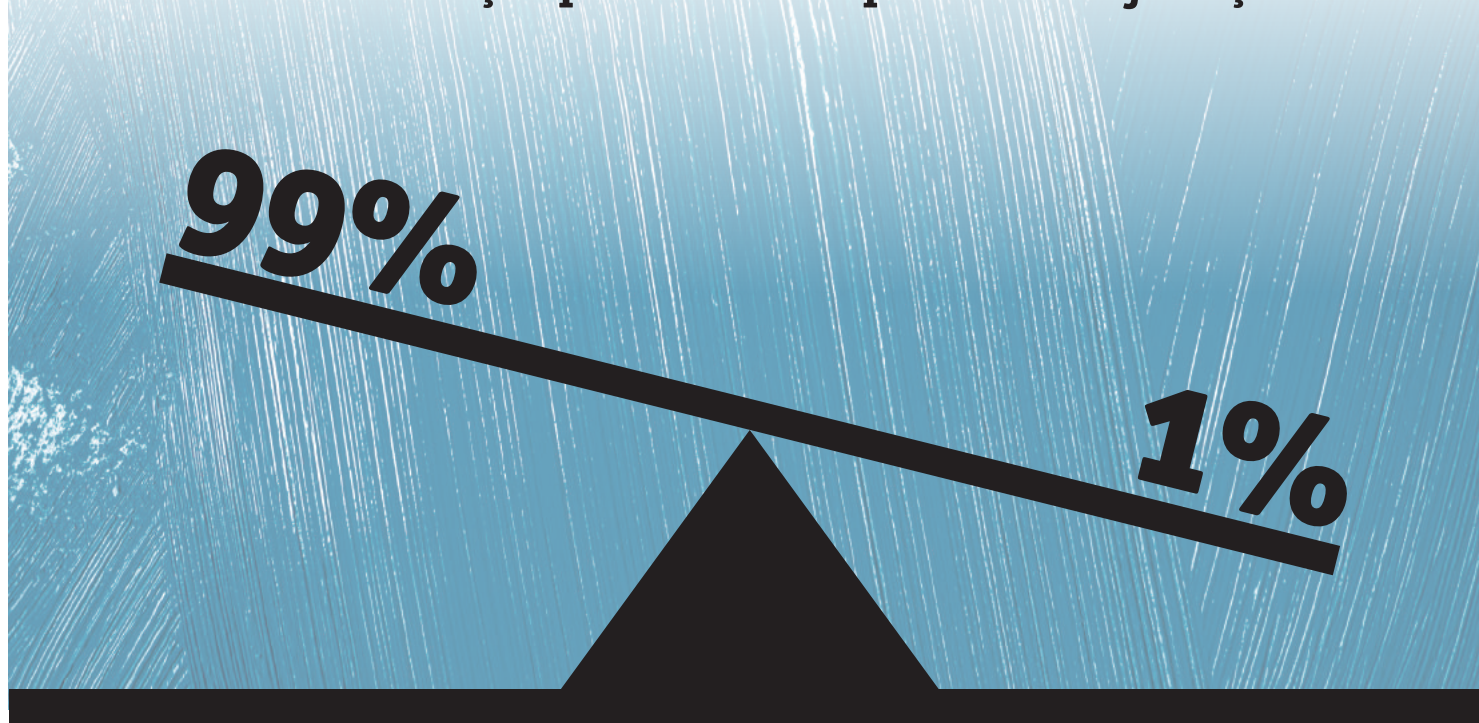
Demétrio de Toledo é professor de Relações Internacionais da UFABC



EMBRAER/INDUSTRIALIZAÇÃO

A reforma tributária que o Brasil precisa

Apesar de os meios de comunicação alardearem que a carga tributária brasileira é muito alta, a afirmação representa uma meia verdade. Há muito imposto para os pobres e pouca cobrança para os ricos. Essa situação – diversa dos países europeus e mesmo dos EUA – impede o Estado brasileiro de cumprir plenamente sua função social, de aumentar e melhorar os serviços públicos e de promover a justiça social



Odilon Guedes

Uma das propostas fundamentais a ser debatida na eleição para presidente da República é a reforma tributária. Isso, porque o Brasil possui uma das mais injustas estruturas fiscais na qual a população de baixa renda e a classe média, sobretudo, pagam mais impostos, proporcionalmente, que o 1% mais rico da população.

Nesse contexto é importante lembrar que, segundo estudos da ONG Oxfam, seis brasileiros concentram a mesma riqueza que os 100 milhões de habitantes – ou 50% – mais pobres do país.

Estudos do IPEA já identificaram há anos essa injustiça, ao mostrar que as pessoas que ganham dois salários mínimos comprometem 53,9% da renda com

pagamento de tributos e as que ganham mais de 30 salários, totalizam 29% na modalidade. Esse fato se dá porque a maior parte dos tributos é indireta e recai sobre o consumo, penalizando na mesma proporção quem ganha dois, trinta ou trezentos salários mínimos – uma enorme injustiça.

O IMPOSTO NOS PRODUTOS

Exemplo disso é que ao comprar uma televisão que custa R\$ 2 mil, independentemente, de quanto é o salário ou a renda, o cidadão pagará 45% desse valor em tributos indiretos que vão para os cofres públicos. Um trabalhador que ganha R\$ 1 mil ao comprar essa televisão pagará R\$ 900,00 de tributos, isto é, 90% de seu salário e uma pessoa que

ganha R\$ 50 mil e compra a mesma televisão pagará os mesmos R\$ 900,00 o que significa 1,8% de seu rendimento. Essa injustiça se repete e ocorre na compra de roupas, sapatos, alimentos ou qualquer produto em nosso país.

A reforma que interessa a esmagadora maioria do povo brasileiro precisa acabar com essas distorções e fazer justiça. Ao apontarmos para uma reforma tributária que atenda a esse objetivo, usaremos como referência a proposta que foi apresentada pelo Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo, e que já tem o apoio de vinte entidades da sociedade civil dentre as quais a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, a Associação de Docentes da USP e da Universidade Federal do ABC, a Intersindical e a UGT.



ENRIQUE RAMOS LOPEZ/238F

EM FAVOR DA BAIXA RENDA

Propomos a redução dos impostos indiretos, o que favorecerá, principalmente, os cidadãos de baixa renda. Isso ocorrerá porque as empresas terão reduzidos os tributos que devem pagar ao Estado o que diminuirá seus custos. Essa diminuição de custos deverá ser repassada aos preços dos produtos, aumentando indiretamente a renda dos consumidores e servirá ainda como vetor de combate à inflação. Em relação aos tributos indiretos, salientamos que tratamento especial deve ser dado a CSLL e a COFINS que foram criados para financiar o Sistema de Seguridade Social (Art. 195 da Constituição Federal - CF).

A perda de receitas será compensada pelo aumento dos tributos diretos, principalmente, sobre o 1% mais rico da população. Essa medida é necessária por permitir a manutenção da capacidade de investimento do Estado brasileiro, principalmente nas áreas de educação e saúde. Ressalta-se que 83% dos estudantes antes de entrarem na universidade frequentam escolas públicas e cerca de 160 milhões de brasileiros não têm plano de saúde, todos dependendo da ação do Estado. Além de educação e saúde, investimentos devem ser feitos nas áreas de pesquisa/tecnologia, infraestrutura, cultura e outras. Essa proposta, além de justa, tem como referência o que ocorre nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCD, tais como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, nos quais os tributos diretos pesam mais que os indiretos.

Propomos a redução dos impostos indiretos, o que favorecerá, principalmente, aos cidadãos de baixa renda. As empresas terão reduzidos os tributos que devem pagar ao Estado, o que diminuirá seus custos. A perda de receita será compensada pelo aumento dos tributos diretos, principalmente, sobre o 1% mais rico da população

IMPOSTO DE RENDA

Em relação ao imposto de renda propomos a isenção para quem ganha o equivalente ao salário mínimo definido pelo DIEESE (Art. 7 item IV da CF), que em abril de 2018 era de R\$ 3.696,95. A partir desse patamar, a proposta é aumentar as alíquotas em 8% até chegar ao limite de 40%. Hoje, a alíquota máxima no Brasil é de 27,5% tanto para quem ganha R\$ 5 mil ou R\$ 50mil.

A mudança acarretará uma diminuição fiscal para os assalariados de menor renda e para uma parcela da classe média. A compensação virá do aumento de alíquotas sobre as rendas maiores. Nesse quadro propomos ainda a volta da cobrança sobre a distribuição de lucros e dividendos. Por incrível que pareça só o Brasil e a Estônia não têm esse tipo de tributação, extinta durante o governo FHC.

Um exemplo de como é possível aumentar a arrecadação sobre a parcela dos mais ricos foi explicitado em artigo (FSP 16/04/2018) elaborado pelo professor da FEA/USP, Paulo Feldmann. Segundo ele, se houver um aumento da alíquota efetiva de 6% para 9% para aqueles que têm renda mensal maior que R\$ 160 mil, o que abrange 60 mil contribuintes, haverá uma arrecadação de R\$ 186 bilhões por ano.

Em termos comparativos destacamos algumas alíquotas máximas em outros países: Suécia 56,5%; Inglaterra 50%; Portugal 46,5%; México 30%; Argentina 35%; e Chile 40%.

É necessário lembrar que entre 1983 e 1985 o Brasil teve 13 alíquotas de Imposto de renda, que variavam de 0% a 60%.

TAXAÇÃO SOBRE HERANÇA

Em relação ao imposto sobre herança, lembramos que ele está definido no Art. 155 da Constituição Federal, porém é um tributo de competência estadual. Por sua vez, a resolução de número 09/92 do Senado Federal estabeleceu um teto de 8%. Hoje, no estado de São Paulo, ele é de 4%. Aqui, destacamos mais um dos absurdos que ocorrem em nosso país. Uma resolução do Senado vale mais que um artigo da Constituição, esta, por sua vez, aponta que os Estados devem definir o quanto será a alíquota desse imposto, cuja resolução limita a 8%.

Esse imposto deve ser progressivo, pesando menos para as menores heranças e mais para as maiores, até o limite de 30%. O imposto sobre herança deve ser federal.

Na Inglaterra, essa modalidade tem mais de 300 anos. O conservador primeiro ministro inglês da época da II Guerra Mundial, Winston Churchill, dizia que “este imposto é muito bom para evitar ricos indolentes”.

Alguns exemplos sobre as alíquotas desse tributo em outros países: Inglaterra 40%; França 32,5%; Japão 30% e Chile 13%.

Apesar de o setor agropecuário representar cerca de 10% do PIB brasileiro, a arrecadação do ITR durante todo o ano de 2017, em todo Brasil, foi menor que dois meses de arrecadação do IPTU na cidade de São Paulo

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE

A respeito do imposto sobre a propriedade destacamos em especial o Imposto Territorial Rural-ITR que é auto declaratório, como o imposto de renda.

Apesar de o setor agropecuário representar cerca de 10% do PIB brasileiro, a arrecadação do ITR durante todo o ano de 2017, em todo Brasil, foi menor que dois meses de arrecadação do IPTU na cidade de São Paulo. Isso significa que o agronegócio, os grandes fazendeiros não pagam praticamente nada de imposto sobre suas propriedades.

O Estado deve fazer uma fiscalização tão rigorosa na declaração desse imposto, como é feita em relação à declaração do imposto de renda. e as alíquotas precisam ser atualizadas e recalculadas em sua progressividade.

IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS

Em relação ao imposto sobre grandes fortunas destacamos o que está definido no Artigo 153 da CF: “Compete a União instituir impostos sobre grandes fortunas, que será instituído nos termos de lei complementar (Item VII)”. Essa lei complementar não foi regulamentada até hoje, 30 anos após a aprovação da Constituição.

PROPOMOS:

- A regulamentação da Lei do Imposto sobre Grandes Fortunas-IGF.
- Que a Receita Federal informe o valor do patrimônio das pessoas por faixa de renda.
- Que as alíquotas aplicadas sejam progressivas.

A proposta visa deslocar parcela do estoque de riqueza acumulado nas mãos do setor extremamente rico da sociedade e aumentar a capacidade de investimento do Estado, principalmente nas áreas sociais.

TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS

A reforma tributária precisará ser acompanhada da total transparência das contas públicas, o que será de enorme importância para o presidente da República que tiver interesse em desenvolver a cidadania e combater a corrupção.

Nesse sentido, além de seguir o que está definido nos Artigos 48, 48 A -

Quem recebe dois salários mínimos compromete 53,9% da renda com pagamento de tributos e quem ganha mais de 30 salários paga apenas 29%

itens incluídos pela Lei Complementar 131/2009 - e Artigo 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal, será fundamental implantar todas as medidas necessárias para dar transparência e ampla divulgação do orçamento público e de sua execução. Nesse documento está registrada toda a arrecadação e toda a despesa do Estado.

Além de estarem nos sites do governo, os dados do orçamento precisam ser colocados de forma impressa e visível nas salas dos órgãos públicos, onde a população tem acesso. Sindicatos de trabalhadores e de empresários devem ter acesso a tais dados, bem como os movimentos sociais organizados, ONGs, Conselhos de Saúde, Educação, Transporte e outros.

Uma reforma tributária com todas essas características possibilitará avançarmos no caminho da cidadania e da qualidade de vida em nosso país.



Odilon Guedes é economista, mestre em Economia pela PUC/SP. Foi Presidente do

Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo, vereador e subprefeito na cidade de São Paulo. Autor do livro Orçamento Público e Cidadania (Editora Livraria da Física)

Revista Socialismo e Liberdade

**ESPECIAL
MARIELLE
FRANCO**

ASCOPY/CÂMARA RIO



Por que Marielle?

A execução de Marielle escancarou a violência do Estado brasileiro contra negros, pobres, mulheres, lésbicas e todos aqueles que estão do lado mais vulnerável da sociedade

Talíria Petrone

Marielle foi escolhida para morrer. Ela, exatamente ela. Mais ninguém. Sim, entre tantas possibilidades, os assassinos planejaram matar justamente aquele corpo negro de mulher forte, jovem, de favela, ativa. Mais especificamente, elegeram como alvo das perfurantes balas de calibre 9 milímetros o rosto da minha amiga, para que ela nunca mais sorrisse, falasse, gritasse, beijasse na boca da sua companheira. Só não puderam imaginar que aquele rosto se tornaria universal e eterno, como ícone vigoroso das lutas de classe, raça e gênero que Marielle travou a vida inteira.

Seja lá quem tenha sido, quem determinou o extermínio de Marielle quis silenciar a sua voz, estancar a sua potência, a

força transgressora de sua identidade preta, lésbica e favelada, a estética libertária exuberante e encantadora, o jeito tão firme quanto terno com que resolveu ocupar e transformar, na condição de vereadora, o duro espaço da política institucional. Quando ela afirmava a sabedoria Ubuntu — “Eu sou porque nós somos” — não exagerava numa vírgula. Marielle era e continua sendo muitas, cada vez mais, num brotar de Marielles sem fim.

MEDO E RAIVA

Quem executou Marielle tentou, em vão, intimidar, fazer recuar todas nós que defendemos os direitos humanos, que lutamos contra toda forma de exploração e de opressão. O recado — esse crime político, esse atentado à democra-

cia, no qual por consequência também morreu o motorista Anderson Gomes — calou fundo na alma de muita gente, ainda mais na alma de quem é mulher, mãe, feminista, negra, socialista. Causou uma dor profunda. Fez a gente sentir medo. Mas também provocou muita raiva. E essa raiva supera o medo e transforma a dor em revolta, esse sentimento que nos leva a ocupar as ruas e as redes em um movimento crescente e de desdobramentos incontáveis. Nada vai nos deter.

Marielle morreu porque incomodava. O conjunto de suas características pessoais e de suas causas políticas era uma afronta. O corpo, a voz e a capacidade de pensar e de caminhar coletivamente se tornaram uma ameaça ao status quo.



Ato por Marielle, Rio de Janeiro, abril de 2018





A franqueza, a alegria e a energia com que enfrentava os paletós da velha política ofendiam e constrangiam certa casta de senhores parlamentares escondidos sob o manto cinza e triste da hipocrisia. Minha companhia de lutas precisava ser eliminada por quem não podia suportar a sua existência perigosa para um sistema racista, escravagista, machista e elitista, que só tem a violência das armas, da corrupção e da alienação cultural como forma de dominação.

Sim, a voz poderosa de Marielle precisava ser calada porque era ouvida, porque suas ideias, denúncias e iniciativas surtiavam o efeito de um vírus destrutivo contra esse sistema patriarcal e colonizador dos nossos corpos e mentes.

Marielle acolhia, ouvia e abraçava as mulheres, o povo negro, a população da favela, trabalhadoras e trabalhadores, chamava todo esse povo a se organizar e a lutar por seus direitos, a fazer essa luta de forma autônoma e emancipadora, sem tutela, sem vis aparelhamentos. Justamente, a partir daí, dessa capacidade de identificar e de despertar em cada uma de nós a nossa própria potência, que Marielle passou a perturbar tanto a ordem instituída.

VIOLAÇÃO SISTEMÁTICA DE DIREITOS

A nossa parlamentar morreu porque acusava o Estado da violação sistemática de direitos humanos. Não cansava de lembrar que a cada 23 minutos morre um jovem negro assassinado no país. Ou que, de cada 100 mortos, 71 são negros. Marielle morreu porque enfrentou o silêncio diante dessas mortes. A execução de Marielle foi uma nítida tentativa de intimidar todas e todos que lutam - como Marielle - contra a desigualdade, a violência do Estado, o racismo, o machismo, a LGBTfobia e todas as formas de exploração e de opressão.

Marielle denunciava a violência do Estado nas favelas e periferias, afirmava que a intervenção federal militar no Rio de Janeiro era uma forma de criminalizar e matar ainda mais os negros e favelados. Se a sua voz não tivesse tal força, e não produzisse eco, se falasse ao vento, a ouvidos moucos, sem qualquer resposta, talvez estivesse viva. Mas quando denun-

Seja lá quem tenha sido, quem determinou o extermínio de Marielle quis silenciar a sua voz, estancar a sua potência, a força transgressora de sua identidade preta, lésbica e favelada, a estética libertária exuberante e encantadora, o jeito tão firme quanto terno com que resolveu ocupar e transformar, na condição de vereadora, o duro espaço da política institucional

ciava o genocídio negro, o feminicídio e a LGBTfobia, quando brigava pela desmilitarização das Polícias e da vida, pela legalização do aborto e das drogas, por creche noturna, vagas nas escolas, moradia, transporte e saúde dignos, o seu discurso conseguia reverberar para muito além das paredes da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, onde chegou lastreada por mais de 46 mil votos. Por isso quiseram silenciá-la, mas o tiro teve efeito contrário.

CRIME POLÍTICO

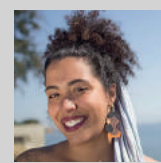
Não sabemos ainda quem matou ou quem mandou matar Marielle, mas temos a certeza de que ela não foi um alvo aleatório. Não foi um crime comum, como um latrocínio ou uma briga de trânsito. Foi um crime político. Mataram uma representante de causas coletivas, uma vereadora negra, uma socialista, uma mulher de favela em luta por igualdade e liberdade para o seu povo.

Ainda não saiu o resultado da investigação policial do crime ocorrido na noite de 14 de março de 2018, no bairro do Estácio, no Rio de Janeiro. Mas os fatos, por si, revelam muito. A logística do assassinato não deixa dúvidas: houve um atentado planejado e executado minuciosamente. As circunstâncias, o modus operandi e a origem das balas, de um lote de munição desviado da Po-

lícia Federal, apontam ainda para alguma conexão com o crime organizado. Independentemente de quem atirou ou mandou matar, não é leviano afirmar que existe responsabilidade de um Estado apodrecido por dentro, carcomido por uma lógica de máfia, por uma prática política alheia aos mais básicos interesses da população.

Marielle morreu porque era mulher, negra, lésbica, favelada, socialista, vereadora. Não bastasse ser, Marielle decidiu fazer e acontecer. Explosão de cor, energia, inteligência e amor. Iria fazer e acontecer ainda mais não lhe tivessem roubado a vida.

Não seria possível dissociar o motivo de sua morte da sua própria identidade, das pautas e do lugar ocupado por Marielle na grande política. Marielle morreu porque tinha lado. Por isso mesmo, num extraordinário efeito reverso do mal contra ela premeditado, Marielle não morreu. Quando as balas da pistola alcançaram o seu corpo, não puderam atingir o ser coletivo que Marielle já havia se tornado. Esse ser coletivo vive. Marielle vive. Marielle somos nós!



Talíria Petrone é historiadora e vereadora do PSOL em Niterói (RJ)

Compreender a intersecção gênero, raça e classe é questão de vida ou morte

“A universalidade abstrata é frequentemente a máscara e o álibi da dominação (colonial ou masculina)... O projeto de ‘mudar o mundo’ apoia-se em uma classe particular portadora de universalização concreta”.

Daniel Bensaïd, Os irreductíveis

Luciana Araújo

A esquerda precisa se conectar com formulações dos marxistas negros para compreender a reprodução capitalista pela manipulação das condições de raça e gênero, construir uma estratégia de superação do capital e derrotar as perspectivas liberais que aprofundam essa chaga.

O Brasil é o país que mais mata violentamente sua população pobre e negra, LGBT e feminina em condições ditas “normais”. Refletir por que isso acontece e formular um programa efetivo para dar resposta a essa vertente da relação capital-trabalho é tarefa de vida ou morte para uma esquerda digna desse nome

A execução brutal de Marielle Franco, que terminou por ceifar também a vida do motorista Anderson Gomes, coloca para os setores progressistas, e em especial para a esquerda socialista e democrática, a tarefa de repensar o lugar das categorias gênero e raça na luta de classes. Mais ainda no caso brasileiro, maior população negra fora do continente africano e de maioria feminina.

O Brasil é o país que mais mata violentamente sua população pobre e negra, LGBT e feminina em condições ditas “normais”, sem uma guerra civil declarada. Refletir por que isso acontece e formular um programa efetivo para dar resposta a essa vertente da relação ca-





Marielle na Câmara Municipal do Rio

ASOM/CÂMARA RIO

pital-trabalho no século XXI é tarefa de vida ou morte para uma esquerda digna desse nome – porque hoje vem sendo somente uma questão de morte para milhares de brasileiras e brasileiros. E o assassinato de Marielle expõe como um soco no estômago a necessidade de enfrentar esse debate., seja para responder às formulações imprescindíveis para dialogar com a classe que precisa se organizar para a revolução brasileira, seja para enfrentar e superar também as perspectivas de cunho liberal que só na aparência destacam os dilemas da opressão de gênero e raça, mas de forma inócua ao não articular estas com a dimensão de classe.

Marielle – a primeira execução política de um período de ascensão de um novo tipo de fascismo no país – não foi alvejada ao acaso, por uma falha de estrutura de segurança, exclusivamente por ser negra e pobre, ou somente por sua afiliação ao socialismo. Para evidenciar isso, felizmente há muitos de nós vivos para seguir a luta que ela travou como parte da sua própria existência.

PROGRAMA TOTALIZANTE

Marielle foi o alvo escolhido planejadamente por ser expressão de um pro-

Marielle foi o alvo escolhido planejadamente por ser expressão de um programa totalizante de classe, raça e gênero odiado pelos setores que a mataram

grama totalizante de classe, raça e gênero odiado pelos setores que a mataram. Mulher, negra, oriunda das favelas cariocas, bissexual, defensora dos direitos humanos, que se tornou mestra rompendo as barreiras estruturais que reservam à negritude outro “lugar” (GONZÁLEZ, 1982), tinha como centro de sua ação política a violência policial contra a população pobre e negra - e a intervenção militar que potencializou essa política -, e tornou-se vereadora em nome de um partido que busca honrar a denominação socialista que carrega. Essa escolha tem uma materialidade muito profunda. A vida, a militância e o mandato de Marielle foram expressões concretas do combate estrutural ao capitalismo e ao seu padrão de dominação no Brasil.

As alternativas de esquerda consolidadas no século XX, sem perceberem a dimensão central dos mecanismos de exploração e opressão raciais e de gênero para minar as bases da reprodução da mais-valia, deixaram de constituir-se em efetivos partidos dirigentes da classe que vive do trabalho no Brasil e dos povos originários. Ao mesmo tempo, abriram também espaço para as “alternativas” pós-modernas ou ‘separatistas/racialistas’, que não assumem o

enfrentamento de classe em associação ao combate às opressões ‘identitárias’ numa perspectiva transformadora.

CLASSE É UM TODO

A hierarquização autonomizada da questão de classe em detrimento das condições de raça e gênero abstrai um elemento fundamental do marxismo: a incontornável dimensão sistêmica do capital. Como afirmou Engels “o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata”¹.

A classe trabalhadora não é uma somatória de condições. Sua vivência da opressão e exploração é construída e exercida de forma articulada, interseccional, muito concreta. Não à toa quem mais morre são negros, mulheres e homossexuais. Não à toa são esses os segmentos majoritariamente na base da pirâmide econômica. Não é um acaso que sejam estas as maiores vítimas das violências em sociedades competitivas e hierarquizadas. Também não é coincidência que esses segmentos sociais sigam sobrerrepresentados em todos os índices de violações de direitos humanos mesmo sob governos progressistas – no Brasil e no mundo.

Entre 2005 e 2015, por exemplo, o número de pessoas brancas assassinadas no Brasil caiu 12%, e o de negros subiu 18%, conforme estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública no ano passado. Somando 54% da população, a negritude responde por 71% das vítimas de homicídio. Da mesma forma, o Mapa da Violência 2016, produzido pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais-Clasco, mostra que, de 2003 a 2013, a morte violenta de mulheres brancas diminuiu 9,8%, mas a morte de mulheres negras aumentou 54%. Analisados os dados de 2007 a 2017 nos relatórios publicados pelo Grupo Gay da Bahia-GGB, aumentou em dez vezes o quantitativo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais mortos por homofobia em território nacional.

Analisado o padrão de raça, classe e gênero dessa população é inegável o traço de política de Estado para que tenha-

1 ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Global, 1984, p. 34.

A política de branqueamento após o fim da escravidão foi uma resolução de Estado, ancorada nas teorias do “racismo científico”. João Baptista de Lacerda, um dos expoentes dessas teses, defendeu, em 1911, que “A população mista do Brasil deverá ter pois, no intervalo de um século, um aspecto bem diferente do atual. As correntes de imigração europeia, aumentando a cada dia mais o elemento branco desta população, acabarão (...) por sufocar os (...) traços do negro”

mos atingido esses resultados. Seja ao não enfrentar o problema, seja ao atuar diretamente nas mortes – como no caso das polícias brasileiras em relação aos jovens negros nas periferias e favelas do país – o Estado brasileiro ostenta nas mãos o sangue da classe trabalhadora jovem, negra, feminina e/ou LGBT, e isso é um projeto, não um ponto fora da curva.

Os números são o fotograma atual do filme do desenvolvimento capitalista no Brasil, que promoveu o quase completo etnocídio indígena e foi o último país a abrir mão do modo escravista de produção no Ocidente. Não são quaisquer mulheres, negras e negros e LGBTs que morrem às pilhas. Em sua maioria eles são parte da classe que vive do trabalho. E no caso dos indígenas, é a relação com a terra e a territorialidade o empecilho ao avanço capitalista que os torna alvos.

SUPERAR O RACISMO E O MACHISMO

No brilhante resgate de Engels e Marx em *Democracia contra Capitalismo*, Ellen Wood relembra a “razão por que o marxismo atribui primazia determinante à luta de classes” – o que não é de forma alguma equivalente a uma suposta ‘hierarquia determinante’ reivindicada por um certo marxismo vulgar que recai na armadilha da fragmentação pós-moderna da realidade. “O primeiro princípio do materialismo histórico não é a classe, nem a luta de classes, mas a organização da vida material e da reprodução social. A classe entra no quadro quando o acesso às condições de existência e aos meios de apropriação é organizado em formas de classe, ou seja, quando algumas pessoas são sistematicamente compelidas pelo acesso diferenciado aos meios de produção e apropriação a transferir para outros a mais-valia”², ressalta Wood.

É decisivo compreender que a classe tem cor, gênero e orientação sexual, e que uma parte dela está sendo exterminada com o objetivo de assegurar a manutenção de dada forma de organização da vida material e da reprodução social, assegurando as vidas e privilégios de uma parte da sociedade sobre os corpos das “vidas matáveis” (numa expressão de Marielle).

2 WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 99.





A classe trabalhadora não é uma somatória de condições. Sua vivência da opressão e exploração é construída e exercida de forma articulada, interseccional, muito concreta. Não à toa quem mais morre são negros, mulheres e homossexuais. Não à toa são esses os segmentos majoritariamente na base da pirâmide econômica.

Helicóptero sobre a Rocinha (RJ)



FERNANDO TRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

“Quando as classes são percebidas em termos de ‘raça’ e ‘sexo’, as análises em torno dessas questões não constituem acréscimos acessórios ou suplementos da alma: a articulação do conjunto baseia-se na relação estreita entre opressão e exploração, modelada pela dominação do capital”, nos lembra também Daniel Bensaïd em seu fundamental *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*³.

E é importante lembrar que o que Bensaïd ressalta não é uma formulação nova. Marxistas como C.R.L. James, Angela Davis e Clóvis Moura já apontavam desde os anos 1970 a centralidade dessa articulação que foi ignorada por parte da esquerda marxista revolucionária por uma razão simples, que precisa ser enfrentada também: racismo e machismo são sistemas ideológicos de dominação. E como ideologia penetram inclusive no seio da intelectualidade e ‘dirigência’ socialista.

Como ressaltou Angela Davis, durante

3 BENSÁID, Daniel. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, p.40 (e p. 92 para a epígrafe).

A hierarquização autonomizada da questão de classe em detrimento das condições de raça e gênero abstrai um elemento fundamental do marxismo: a incontornável dimensão sistêmica do capital

uma conferência realizada no Maranhão, em 1997: “As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.”⁴ É preciso corrigir este curso.

O GENOCÍDIO NEGRO NÃO É ‘PANACEIA’

Há ainda dirigentes socialistas que consideram o uso da categoria analítica

4 As mulheres negras na construção de uma nova utopia, disponível em http://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/#gs.LLIG_TO

Entre 2005 e 2015 o número de pessoas brancas assassinadas no Brasil caiu 12% e o de negros subiu 18%, conforme estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública

“genocídio negro” como uma generalização abusiva, ressaltando o peso do conceito que se refere a processos de extermínio de povos que tiveram curso na Europa do século XX. Esse é outro equívoco importante que o assassinato de Marielle evidencia.

A política de branqueamento pós fim do ciclo escravista foi uma resolução de Estado no Brasil, ancorada nas teorias do chamado “racismo científico”. João Baptista de Lacerda, um dos expoentes dessas teses, defendeu no Congresso Universal das Raças em Paris, em 1911, que “A população mista do Brasil deverá ter pois, no intervalo de um século, um aspecto bem diferente do atual. As correntes de imigração europeia, aumentando a cada dia mais o elemento branco dessa população, acabarão, depois de certo tempo, por sufocar os elementos nos quais poderia persistir ainda alguns traços do negro.”⁵

Em artigo publicado na revista Pesquisa FAPESP, em 2012, Carlos Haag lembra que essa política foi retomada em 1941 no Estado Novo Vargasista, e resgata um discurso de campanha à presidência proferido por Getúlio que afirmava: “Durante anos pensamos a imigração apenas em seus aspectos econômicos. É oportuno obedecer agora ao critério étnico”⁶.

Quando cunhou o conceito do genocídio negro no Brasil, Abdias do Nascimento buscava responder ao conjunto das políticas adotadas pelo Estado para exterminar o povo sequestrado na África e ressaltava que as formas de extermínio dessa população no país passava pela descaracterização e desqualificação cultural e religiosa, educacional e ideológica que tem nas violências físicas e assassinatos o ponto culminante.

Nenhum programa na esquerda brasileira fez até hoje o devido acerto de contas com as questões racial e de gênero. O PSOL está se colocando para enfrentar esse debate, porque avançamos na compreensão de que não será possível construir um programa efetivo para a revolução brasileira sem levar em questão

5 SCHWARCZ, Lília Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. Revista História, Ciências e Saúde - Manguinhos. Vol.18, nº 1. Rio de Janeiro. Mar. 2011.

6 HAAG, Carlos. Os indesejáveis. Revista Pesquisa Fapesp, n. 265. São Paulo. Nov. 2012. Págs. 80-83.

É decisivo compreender que a classe tem cor, gênero e orientação sexual, e que uma parte dela está sendo exterminada com o objetivo de assegurar a manutenção de dada forma de organização da vida material e da reprodução social

o lugar da maioria da classe que vive do trabalho. Compreendemos, também, que menos ainda não há revolução possível se o pós-modernismo ganhar a disputa ideológica e conceitual nos movimentos sociais que buscam uma saída que efetivamente ponha fim à “guerra” do Estado brasileiro contra seu povo que, como denunciava Marielle, ainda matará muitos se não acabar.



Luciana Araújo é jornalista, feminista, negra e integrante da Comissão Executiva da revista Socialismo e Liberdade.





A despolitização de um crime político: a disputa de narrativas



ROMERTO PONTES/AGDANINHA

Os monopólios de comunicação e o governo golpista tentam de todas as formas desvincular o assassinato de Marielle Franco de suas motivações concretas e abstrair o fato de ela ser mulher, negra, periférica e lésbica.

Rodolfo Vianna
Tatiane Ribeiro

A repercussão midiática do assassinato de Marielle Franco e de Anderson Gomes foi rápida e em grande escala. Ainda na noite de 14 de março, data da execução, as principais redes de televisão noticiaram o ocorrido no centro da cidade do Rio de Janeiro com plantões e pautaram seus telejornais noturnos. Apesar dos fortes indícios de execução, a correta prudência jornalística, nessas primeiras horas, tratava o caso como um assassinato cujas motivações esta-

vam sendo investigadas.

A repercussão da morte foi intensa e gerou grandes mobilizações espontâneas por várias cidades brasileiras, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo, que juntaram dezenas de milhares de pessoas. Manifestações no exterior também foram realizadas. Em todos os atos, havia o sentimento de luto pela perda de Marielle, como também o de revolta e indignação com o silenciamento daquela mulher que tinha em seu corpo a síntese de um programa político radicalmente contestador e transformador: era preta, pobre, lésbica e socialista.

RAZÕES DO ASSASSINATO

Se os assassinatos dela e do motorista não foram ignorados ou subnoticiados pela grande imprensa, o que ocorreu na sequência foi uma disputa de narrativas sobre quem era Marielle Franco e, consequentemente, qual seria o motivo da morte dela. Como assinalamos no título deste artigo, iniciou-se um processo de “despolitização de um crime político”.

Logo na manhã seguinte, Michel Temer deu uma declaração, em vídeo, na qual disse que o evento era “inaceitável, inadmissível, como todos os demais assassinatos que ocorreram no Rio de

Janeiro. “É um verdadeiro atentado ao Estado de direito e um atentado à democracia. Eu quero não só me solidarizar com a família da Marielle e do Anderson Gomes, seu motorista, me solidarizar com todos aqueles que foram vítimas de violência (...), mas salientar que essas quadrilhas organizadas, essas organizações criminosas não matarão o nosso futuro. Nós estamos ali no Rio de Janeiro para reestabelecer a paz, reestabelecer a tranquilidade”.¹

Nessa declaração, já vemos uma estratégia discursiva de disputa de narrativas: ao salientar que lamenta a morte de Marielle assim como a de todos que foram vítimas de violência no Rio, Temer apresenta seu assassinato como um dentre tantos outros, causado pela “violência” abstrata, e não específica, motivada politicamente. A isso, soma-se seu empenho no combate às “organizações criminosas” e “quadrilhas organizadas” que, no imaginário discursivo amplo, relaciona-se ao tráfico de drogas. E, por fim, ainda aproveita para propagandear sua medida de intervenção federal na área de segurança no estado do Rio de Janeiro, dizendo que a ação foi tomada para que casos como o de Marielle não se repetissem.

CRÍTICA À INTERVENÇÃO

Marielle Franco era uma ferrenha crítica à intervenção federal no Rio, tendo sido escolhida poucos dias antes da sua morte como relatora da Comissão criada pela Câmara dos Vereadores para fiscalizar a ação do Planalto. Não via a medida como eficaz no combate à violência, muito pelo contrário: além de eleitoreira, poderia agravar a violência policial a qual a população preta e pobre já era submetida.

Em sintonia com o que fora pronunciado por Temer, o enfoque dado pelos grandes veículos de imprensa foi a violência na cidade do Rio de Janeiro, levantando os índices de mortes, assaltos, chacinas e execuções. Em que pese a situação parlamentar, Marielle era tratada como mais uma vítima da situação “caótica” que se encontrava a cidade.

Mesmo a atuação como vereadora,

¹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/planalto-vai-acompanhar-apuracao-do-assassinato-da-vereadora-marielle-franco.ghtml>

A repercussão da morte de Marielle foi intensa e gerou grandes mobilizações espontâneas por várias cidades brasileiras, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo, que juntaram dezenas de milhares de pessoas. Manifestações no exterior também foram realizadas



ASCOM/CÂMARA RIO

num primeiro momento, não era detalhada: pouco se falava da trajetória política, das bandeiras, dos enfrentamentos e mesmo o partido era protocolarmente mencionado, quando muito. Outro fator sintomático: nos depoimentos dos parentes das vítimas, nesse primeiro momento, incluindo os da esposa de Anderson Gomes, não se exibia palavra alguma de Mônica Benício, companheira de Marielle Franco.

Entretanto, as grandes manifestações populares que ocorreram em diversas cidades nos dias que se seguiram trouxeram, para além do luto pelas mortes, as lutas pelas quais Marielle se dedicava. Ela era a mulher preta, vinda da favela da Maré, defensora dos Direitos Humanos e que lutava contra a desigualdade social, a violência do Estado, o racismo, o machismo, a LGBTfobia e todas as formas de exploração e opressão. Nas ruas estavam aqueles que também cerravam fileiras com a vereadora. A execução era, portanto, uma tentativa de intimidação de todas e todos que lutavam por aquilo que ela acreditava e, por isso, perguntavam: quem matou Marielle?

TENTATIVA DE ESVAZIAMENTO

No dia 17 de março, três dias após a execução, o jornal O Globo entregou o recibo da tentativa de despolitizar o crime político, já sob o impacto das manifestações de rua e de companheiros e companheiras das mesmas trincheiras de luta que deixavam claro quem, de fato, era Marielle Franco. As investigações já apontavam o uso de munição restrita às Forças Armadas, usada também em execuções em São Paulo, que, segundo o Ministro da Segurança Pública, fora roubada de um armazém dos Correios². Intitulado “Sectarizar morte de Ma-

² As munições calibre 9 mm que mataram a vereadora carioca e o motorista dela eram do mesmo lote de parte das balas utilizadas na maior chacina do estado de São Paulo. Os assassinatos de 17 pessoas ocorreram em Barueri e Osasco, na Grande São Paulo, em 13 de agosto de 2015. Três policiais militares e um guarda-civil foram condenados pelas mortes. Ao todo, o lote continha 1.859.000 cápsulas que foram distribuídas para todas as unidades da PF. Também houve balas desse lote usadas em crimes envolvendo facções rivais de traficantes que resultaram na morte de cinco pessoas em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio, entre 2015 e 2017. Entre ditos e desmentidos, a história por si só desse lote de munição renderia uma reportagem.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

rielle é um desserviço”, o editorial do maior grupo de mídia brasileiro afirma que: “fica em segundo plano o fato de Marielle ter sido vereadora do PSOL. Os atingidos foram todos que têm representação política obtida pelo voto, todos os eleitores, o próprio estado democrático de direito. Também, precisa ser relativizada a questão de a vereadora representar o trinômio ‘preta, mulher, favelada’, tão usado em proselitismos. Importa é que bandidos, com esse assassinato, buscam sinalizar que o poder é deles. Fosse Marielle ‘branca e rica’, a execução precisaria provocar a mesma reação do Estado e na sociedade. A morte de Marielle não pode ser apropriada por interesses partidários ou sectários à esquerda e à direita. Será impedir que o crime possa mesmo ser um divisor de águas no confronto que Estado e sociedade travam contra o banditismo, a corrupção, contra todas as formas de delitos que solapam a cidadania e os direitos humanos em sentido amplo.”³

3 <https://oglobo.globo.com/opiniao/sectarizar-morte-de-marielle-um-desservico-22499032>

Marielle Franco era uma ferrenha crítica à intervenção federal no Rio, tendo sido escolhida poucos dias antes da sua morte como relatora da Comissão criada pela Câmara dos Vereadores para fiscalizar a ação do Planalto. Não via a medida como eficaz no combate à violência, muito pelo contrário

Em dois parágrafos, novamente o esvaziamento político de Marielle: uma vereadora como qualquer vereadora, em abstrato; uma pessoa como qualquer pessoa, em abstrato. E, ainda, o ápice da despolitização ao clamar pela não “apropriação” política de sua morte, tanto à “esquerda e à direita” - aqui, utilizando-se de um tom de pseudo-neutralidade largamente usado na construção dos discursos do “bom-senso”, e qualificando pejorativamente como “apropriação” a reafirmação do seu posicionamento político que a levou a ser morta.

O LADO QUE IMPORTA

Mas Marielle Franco não era abstrata, era concreta. E coube ao excelente artigo da também vereadora pelo PSOL de Niterói, Talíria Petrone - publicado no mesmo jornal em 21 de março - a resposta contundente sintetizada já no título: “Marielle tinha lado”⁴.

A pressão contínua das ruas e de lideranças políticas impôs o reconhecimento das bandeiras pelas quais Marielle

4 <https://oglobo.globo.com/opiniao/marielle-tinha-lado-22509231>

lutava, e a grande imprensa não pôde mais ignorá-las. Entretanto, a estratégia adotada foi a do seu esvaziamento político pelo excesso de seu preenchimento semiótico.

O pesquisador Paolo Demuru relembra Umberto Eco, para quem o modo simbólico é uma maneira de usar símbolos, emblemas, figuras ou qualquer outro tipo de signo, associando a ele uma porção de conteúdo o mais indeterminado possível. Mais do que isso, cria-se em volta do signo um contágio emocional. Para Demuru, “Algo parecido aconteceu com a cobertura da execução de Marielle Franco, vereadora do PSOL na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, mulher, negra, lésbica e, como ela se definia, ‘cria da maré’. A edição do *Fantástico* do dia 18 de março de 2018 insistiu muito, por exemplo, no enquadramento emocional do assassinato da vereadora do PSOL e dos atos em memória dela organizados nos dias seguintes. Todo o discurso do programa foi embasado em um emaranhado de paixões - choque, medo, raiva, indignação - que ofuscou, em boa parte, a recepção das razões e dos sentidos políticos da morte e da figura de Marielle.

A pressão contínua das ruas e de lideranças políticas impôs o reconhecimento das bandeiras pelas quais Marielle lutava, e a grande imprensa não pôde mais ignorá-las

A sucessão das entrevistas da assessora, da família, da companheira de Marielle, ricas de alusões à narrativa e à estética de programas e telejornais sensacionalistas, bem como a reconstrução dos momentos anteriores ao assassinato vão exatamente nesse sentido. O que ali se promoveu foi a imagem de um choque emotivo universal e indistinto, de um povo sem cor e sem partido, unido e comovido contra uma barbárie genérica, que resolveu ocupar as ruas para dizer ‘basta’ à violência que atinge cotidianamente ‘todos os brasileiros’, independentemente de sua etnia, extração social, orientação sexual, posicionamento político etc. Não há espaço para reflexões profundas e distinções articuladas, apenas para a comoção acritica.”⁵

O que aconteceu na cobertura jornalística, e também no uso político de mídias e organizações políticas, foi a tentativa de esvaziamento imagético de Marielle. Transformá-la em mais uma, como se suas consignas tivessem pouca ou nenhuma relação com a execução, é também uma forma de apagamento. Tentar colocar em sua boca palavras não ditas, seja em favor da intervenção militar, ou para a leitura da conjuntura atual, também têm o mesmo papel.

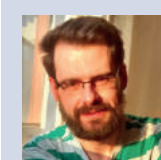
Se Marielle fora transformada pelas ruas em símbolo de lutas, em São Paulo, por exemplo, colocou-se no ato o último discurso dela na Câmara, a grande mídia buscou, então, inflá-lo semioticamente para que nele coubessem tudo e todos. Mas ela tinha lado.

Dentro desse combate de narrativas sobre a execução de Marielle Franco e do motorista, deparamo-nos com o processo de marcações e apagamentos, significações e ressignificações, preenchimento e esvaziamento semióticos,

5 Paolo Demuru: “De junho de 2013 a Marielle e Lula: O discurso da vagueza e os inimigos da nação” (Publicado na Carta Maior em 25/04/18: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Antifascismo/De-junho-de-2013-a-Marielle-e-Lula-O-discurso-da-vagueza-e-os-inimigos-da-nacao/47/40009>)

O que aconteceu na cobertura jornalística, e também no uso político de mídias e organizações políticas, foi a tentativa de esvaziamento imagético de Marielle. Transformá-la em mais uma, como se suas consignas tivessem pouca ou nenhuma relação com sua execução, é também uma forma de apagamento

concretudes e abstrações. Portanto, junto à questão urgente a ser respondida “quem matou Marielle?”, há outra que se faz pertinente e cuja resposta relaciona-se à da primeira: “a quem interessa despolitizar um crime político?”.



Rodolfo Vianna é jornalista, doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP e militante LGBT



Tatiane Ribeiro é jornalista, militante do movimento negro e coordenadora da Rede Emancipa de Educação Popular



O longo caminho dos DIREITOS HUMANOS

Fazendeiro espanca escrava grávida que não mais conseguia trabalhar.
Angelo Agostini, Revista Ilustrada, fevereiro de 1886



Por trás do assassinato de Marielle Franco está a luta pelo respeito aos Direitos Humanos e à Constituição de 1988

Débora Camilo

Que tempos são estes em que é necessário defender o óbvio?

Em um momento no qual direitos bá-

sicos são paulatinamente reduzidos ou considerados “privilégios”, a violência ganha justificativa e o ódio entoa discursos contra aquelas e aqueles que ousam lutar pela mudança social. Assim, o ques-

tionamento acima, atribuído a Bertolt Brecht, se faz mais do que necessário.

O debate sobre a quem serve os Direitos Humanos não é atual. Antigo, também, é o fenômeno que deturpa a aplicação e

deslegitima tanto os defensores quanto as vítimas de sua inobservância.

As lutas em favor de prerrogativas mínimas que garantam a dignidade dos seres humanos remontam ao início dos registros da história e demonstram que direitos devem ser inerentes a cada um de nós e precisam ser reconhecidos desde a concepção até a efetiva garantia constitucional.

Diversos foram os acontecimentos que contribuíram para o surgimento dos Direitos Humanos, cuja construção histórica variou de acordo com a época e o lugar.

Os Direitos Humanos sempre foram uma demanda dos de baixo, dos vulneráveis e dos prejudicados. É bem verdade, que muitas dessas normas não tinham por objetivo salvaguardar a liberdade e a dignidade do indivíduo e versavam sobre obrigações contratuais, limitação do poder da realeza, sobre o papel do parlamento e da soberania popular.

MARCOS HISTÓRICOS

Sucessivos fatos podem ser considerados marcos históricos que concorreram para a concepção do que viriam a ser esses direitos.

No Iluminismo, a razão passa a ser ressaltada ao mesmo tempo em que entram em crise as sociedades absolutistas baseadas no direito divino e nos laços de sangue como forma de distinção social. As revoluções burguesas do final do século XVIII – que tinham no iluminismo e no liberalismo suas bases ideológicas geraram as primeiras declarações de direitos de proteção do indivíduo. Isso se deu na França e nas treze colônias que viriam a formar os EUA. As lutas operárias ao longo do século XIX alargaram a compreensão desses direitos. Não bastava serem individuais, teriam de ser sociais.

O colonialismo europeu, a partir do século XIX, e as duas guerras mundiais do século XX colocaram a prova os direitos emanados da Revolução Francesa.

A I Guerra Mundial (1914-1918) foi marcada pela exacerbação dos nacionalismos. Houve a participação de 27 países. Um total de 60 milhões de homens e mulheres compuseram as forças militares envolvidas, culminando com a morte de pelo menos 15 milhões de pessoas. Em setembro de 1939 teve início a II Guerra Mundial, assinalada pela disputa política e econô-

As lutas em favor de prerrogativas mínimas que garantam a dignidade dos seres humanos remontam ao início dos registros da história e demonstram que direitos devem ser inerentes a cada um de nós. Precisam ser reconhecidos desde a concepção até à efetiva garantia constitucional

mica entre os Estados mais desenvolvidos e pela afirmação das ideologias capazes de determinar o rumo da humanidade. Teve como característica, a soberania absoluta dos Estados no caso do liberalismo. No término do conflito, em 1945, a contabilidade de vidas ceifadas somava mais de 60 milhões.

No bojo da criação da Organização das Nações Unidas, os países vencedores buscaram estabelecer um código internacional de definição de direitos. Surgia assim a Declaração Universal de Direitos Humanos, juntando características individuais e sociais.

Ao ratificar um tratado internacional de Direitos Humanos, os Estados, além de adquirirem responsabilidades no âmbito internacional, adquirem a obrigação de zelar pela proteção dos indivíduos sob sua jurisdição, independentemente da sua nacionalidade, e passa a ter o encargo de criar meios eficazes que permitam a implementação das medidas convencionadas no ordenamento jurídico interno.

A violação desses direitos, ainda que derivada da prática interna dos agentes e/ou órgãos do Estado, acarretará na sua responsabilização internacional, gerando, em contrapartida, o direito à reparação dos danos causados às vítimas.

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

As lutas sociais do século XIX tiveram por consequência a disseminação dos ideários socialistas pelo mundo, culminando, assim, no surgimento de preocupações que se voltam aos direitos à integridade do ser humano.

No século XX emerge a posituação desses direitos, por meio de documentos internacionais que envolvem diversos deles como imprescindíveis a toda e qualquer pessoa no mundo.

A promulgação da Constituição Federal, em 1988, rompe com um longo período de ditadura militar, marcando o início do processo de democratização das relações sociais no Brasil.

Embora tenha sido resultado de inúmeros acordos políticos, o ponto alto da Carta são os direitos sociais. O exercício dos instrumentos possibilita a realização da necessidade de um Estado pautado na justiça social.

A partir de seu preâmbulo, a Carta Magna demonstra o surgimento jurídico de um





Embora tenha sido resultado de inúmeros acordos políticos, o ponto alto da Carta de 1988 são os direitos sociais. O exercício de seus instrumentos possibilita a existência de um Estado pautado na justiça social

novo pacto social e aponta para a estruturação de um Estado de direito que tenha como base a cidadania e a dignidade da pessoa. São tópicos imprescindíveis para a concretização do princípio democrático. Os objetivos fundamentais são de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O texto constitucional não só determina a organização estatal, mas ratifica os direitos fundamentais, que devem ser respeitados pelos indivíduos, sobretudo contra os abusos do próprio Estado.

PROTEÇÃO DO INDIVÍDUO

Diferentemente dos tratados internacionais que estipulam, na maioria das vezes, obrigações recíprocas entre os Estados-parte, os tratados internacionais

Mami Nbo-Mi



No bojo da criação da Organização das Nações Unidas, os países vencedores da II Guerra buscaram estabelecer um código internacional de definição de direitos. Surgia assim a Declaração Universal de Direitos Humanos, juntando características individuais e sociais

de direitos humanos se caracterizam pela obrigatoriedade do Estado em proteger o indivíduo presente em seu território.

Vale ressaltar que o Estado, ao se tornar signatário de um tratado humanitário, toma para si a obrigação de assumir plenamente cada uma das garantias e direitos elencados.

O Brasil vem, ao longo do processo de democratização, incorporando no ordenamento jurídico interno instrumentos internacionais de proteção aos Direitos Humanos.

No entanto, isto ocorre de forma lenta e gradativa e percebe-se que ainda há longo caminho a ser trilhado. Apesar de todas as conquistas da sociedade brasileira, não há como afirmar que esta se encontra em um estágio democrático avançado.

IGUALDADE FORMAL

A mera existência de igualdade formal não garante qualidade de vida, acesso igual a oportunidades e, nem mesmo, a participação social de todos os cidadãos brasileiros.

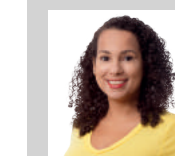
Essa isonomia ocorrerá no momento em que houver divisão justa das riquezas do país, acesso amplo à educação de qualidade, ao trabalho digno com condições e

remuneração adequadas, aos serviços básicos de saúde, habitação, dentre outros.

Apesar disso, para o alcance da igualdade faz-se necessária a garantia do “acesso à justiça”, que remonta à ideia de direito a decisões justas. Não simplesmente na concepção formal, mas sobremaneira aceder a uma instituição judicial eficaz.

Assim, ao Estado não cabe o papel de atuar voltado à manutenção do *status quo*. Impõe-se a ele o papel de promover ações no sentido de edificar uma sociedade mais igualitária. Por sua vez, o mínimo de atuação do Estado não o isenta de ser responsabilizado pelas violações contra os direitos, cometidas em virtude da ação excessiva ou da omissão contumaz.

Para que haja efetivo exercício da cidadania, torna-se necessário que se assumam, conscientemente, que os Direitos Humanos constituem peça fundamental na edificação de uma sociedade justa, livre e solidária.



Débora Camilo é advogada e ativista social

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Ou eles ou nós

A crise argentina foi provocada pela radicalização do projeto neoliberal. Os vários desequilíbrios daí provocados geraram instabilidade, perda de confiança e fuga de capitais. Pelo lado democrático só há uma saída: manter a potência das ruas

Claudio Katz

Sempre se soube que Mauricio Macri, presidente da Argentina, governava para os ricos e que o modelo econômico acabaria numa grande crise. A primeira afirmação sempre foi evidente, dada a redistribuição regressiva dos rendimentos que ele perpetrou nos últimos dois anos. A segunda começou a se evidenciar com a volta das corridas cambiais.

O modelo neoliberal - assentado em enormes desequilíbrios fiscais e em endividamento externo - está abalado. Todos imaginavam que haveria recursos até 2019, mas o “fim do filme” antecipou-se de forma imprevista. O governo maquiou essa negativa com um falso anúncio de maior financiamento local, mas os capitais especulativos captaram

de imediato o significado da negativa. Emitiram ordem de retirada - uma fuga de capitais - e teve início a disparada do dólar. O financiamento foi cortado devido à desconfiança dos credores, que pressentiram a futura insolvência do devedor argentino. Por isso, as agências de “rating” baixaram o polegar, o risco no país aumentou e a imprensa especializada descreve cenários dramáticos.

UMA CONSEQUÊNCIA DO MODELO

A fragilidade do setor externo é o ponto mais crítico do modelo atual. Ao notar a ausência futura dos dólares necessários para sustentar o endividamento, os bancos retiraram os créditos. Esses observaram a magnitude do déficit externo, que no ano passado superou os US\$30 bilhões (5% do PIB). O problema

central localiza-se na esfera comercial. O desequilíbrio de US\$8 bilhões em 2017 marcou um recorde histórico. Ele foi gerado pelas fantasias livre-cambistas do governo, que abriu o mercado a todo o tipo de importações. Enquanto no mundo impera uma dura negociação por tarifas alfandegárias, a Argentina transformou-se num depósito de qualquer excedente. E, ainda por cima, as exportações estancaram, como resultado da valorização do peso devido ao ingresso de capitais especulativos.

O desequilíbrio no plano financeiro é igualmente dramático. A remessa de lucros tem sido tão forte quanto a fuga de capital. Essa drenagem é coerente com a eliminação de todas as regulações da atividade financeira. Os controles bancários foram desarmados com a mesma

A remessa de lucros tem sido tão forte quanto a fuga de capital. Essa drenagem é coerente com a eliminação de todas as regulações da atividade financeira. Os controles bancários foram desarmados a toda velocidade

velocidade com que se anulou a obrigação de liquidar os dólares da exportação. Nas mesmas condições se fundamenta a “bicicleta” financeira dos fundos que lucram com a rentabilidade altíssima dos títulos argentinos. As delirantes taxas de juros que asseguram o negócio destroem qualquer possibilidade de investimento produtivo. O uso inadequado das divisas inclui também o alto gasto em turismo. Essa hemorragia foi, inclusive, comemorada por vários ministros com um maravilhoso exemplo de “retorno ao mundo”.

TERREMOTO ECONÔMICO

O rombo fiscal é também impressionante. Aproxima-se do percentual do PIB (6-7%) que tradicionalmente precipitou os grandes terremotos da economia. O governo destaca a envergadura desse déficit e o apresenta como obra de outrem, a ser administrado. Com gestos de compaixão, afirma ser necessário mantê-lo para financiar o “gradualismo” e evitar maiores sacrifícios à população. Mas, oculta que todos os desequilíbrios derivam do

modelo em curso e não do ritmo da sua implementação. Se tivesse carregado no acelerador da engrenagem neoliberal, o desastre seria infinitamente maior.

Quando os representantes do governo reclamam contra o costume de “gastar mais do que se recebe”, atribuem todas as desgraças ao primeiro componente. Esquecem que a receita fiscal ficou seriamente afetada pela redução dos impostos dos exportadores. Tampouco destacam que a lavagem de dinheiro não reverteu a evasão. A Argentina está em quinto lugar no mundo no *ranking* desse flagelo e a moda oficial de proteger ativos de empresas “*off shore*” ilustra quem são os promotores da fraude fiscal.

O discurso oficial também se esquece de dizer que o pagamento de juros detiora as contas públicas. Só no primeiro trimestre do ano, esses encargos aumentaram 107% em comparação a 2017.

DESCALABROS INCORRIGÍVEIS

O modelo neoliberal gera descabros que o governo não pode corrigir. O desastre em curso não foi desencadeado pela nova alíquota do imposto sobre o lucro de aplicações em títulos, mas pela aterrorizada reação do Banco Central. Este, em poucos dias, queimou vários manuais de política monetária, recorreu a todos os instrumentos conhecidos para deter a corrida e não acertou com nenhum. Ape- lou, inclusive, sem resultados, ao “judicializado” mercado de dólar futuro.

A crise internacional não foi, até agora, determinante do desastre argentino. Persiste a liquidez financeira global e não se observa uma repetição do “efeito dominó” sobre as economias latino-americanas. Certamente, que o incremento das taxas de juros dos EUA altera todos os investimentos no mundo, mas esse reajustamento, de momento, tem efeitos limitados.

Se a Argentina vive esse resfriado como se fosse uma grave pneumonia, isso se deve ao pânico que o tresloucado endividamento suscita. Nos últimos anos, o país encabeçou o tabuleiro mundial de colocação de títulos e é penalizado por esse descontrole, mas o grosso da população não é responsável por essa má gestão. O culpado é Macri e os chefes do gabinete, que engrossaram as fileiras da classe capitalista. Para ocultar esse delito, os co-

municadores oficiais atribuem a todos os “argentinos” um desfalque consumado por essa minoria de privilegiados.

RETORNO AO MESMO FUNDO

Os números de maio retratam a gravidade da crise: desvalorização cambial de 20%; taxas de juro de 40% e perda de US\$8 bilhões de reservas. O temor de um dramático desfecho aumenta, com alguns sintomas de transferência dessa tensão aos bancos.

O governo zomba da população transmitindo mensagens de tranquilidade. Pretende criar a ilusão de uma simples correção da flutuação cambial, sem nenhuma consequência maior. Ainda repete que o nível de endividamento é “baixo em comparação com o PIB”, como se essas porcentagens, e não a capacidade de pagamento efetiva do devedor, determinassem a atitude dos credores. Enquanto o discurso oficial minimiza a crise, os investidores do exterior não medem palavras para dizer “fujam da Argentina”

O modelo neoliberal gera descabros que o governo não pode corrigir. O desastre em curso não foi desencadeado pela nova alíquota do imposto sobre o lucro de aplicações em títulos, mas pela aterrorizada reação do Banco Central

Se a Argentina vive esse resfriado como se fosse uma grave pneumonia, isso se deve ao pânico que o tresloucado endividamento suscita. Nos últimos anos, o país encabeçou o tabuleiro mundial de colocação de títulos e é penalizado por esse descontrole

(Forbes). A tranquilidade do governo é uma estratégia tosca para evitar o despertar coletivo face à grave situação.

A decisão de regressar ao FMI confirma a seriedade da conjuntura. É uma medida desesperada que surpreendeu os próprios papas do Fundo. Indica o pânico de um governo que procura impedir a corrida contra o peso a qualquer preço. A decisão foi tão imprevista, que anunciaram o retorno ao organismo sem dizer em que base isso se daria e sem mudar o ministro. Os representantes do governo peregrinam por Washington desconhecendo as condições dos empréstimos que mendigam. Num contexto de baixas taxas internacionais e de certa recuperação da crise de 2008, poucos países recorrem ao FMI. Os que escolhem essa saída não têm outra opção.

FMI NÃO MUDOU

É totalmente ridículo imaginar a existência de “outro FMI”. Essa instituição é gerida pelos mesmos peritos que destroem conquistas populares, e os países amarrados a sua tirania atravessam o pior dos mundos. É o caso da Grécia, que não pode livrar-se da auditoria do Fundo. Os gregos já padeceram quatro “salvamentos” dos bancos e três agudas recessões, que fizeram a renda nacional retroceder 25%. A taxa de desemprego está em torno dessa mesma percentagem, a dívida

pública elevou-se para 180% do PIB e as pensões sofreram 14 cortes.

A Argentina depara-se com as mesmas perspectivas. O FMI será duríssimo com o país. Das três variantes creditícias que há disponíveis, apenas ofereceu a versão mais intragável. Descartou a linha flexível que Colômbia e México receberam e a modalidade de precaução utilizada por Macedônia e Marrocos. À Argentina, apenas outorgarão o conhecido *stand by* por um montante ainda desconhecido.

Os US\$30 bilhões que o governo pede superam o atribuído aos 13 países, atualmente, com planos de estabilização. A soma final chegará igualmente a conta-gotas, para evitar a rápida conversão em divisas em fuga para o exterior.

Cada parcela utilizada desse crédito será rigorosamente auditada pelo Fundo. Essa auditoria simboliza o brutal retorno aos anos 1990. Os peritos do FMI voltarão, trimestralmente, para constatar a insatisfação e exigir mais ajustamentos.

Não há mistério em exigências imediatas. Em dezembro passado, elaboraram um detalhado ultimato de redução da despesa social, com maior flexibilidade laboral, reforma do orçamento e demissão de funcionários públicos. A paulatina privatização do Anses - órgão responsável pela arrecadação de impostos - e o drástico corte dos orçamentos dos Estados figuram no topo de sua agen-



ETAM ABRAMOVICH / AFP

da. Nas conversações de agora, teriam acrescentado um novo perdão fiscal e, sobretudo, uma máxima desvalorização com recessão.

RITMO E INTENSIDADE

O ritmo e a aplicação desse pacote dependerão da intensidade da crise. Todos os meses o Banco Central deve se defrontar com um enorme vencimento de títulos (Lebacs). O volume total desses títulos equivale ao montante das reservas e ao total do dinheiro circulante. Se a maioria dos detentores resolve liquidá-los para se refugiar no dólar, a corrida contra o peso pode se tornar incontrolável. O governo tenta administrar esse explosivo pacote oferecendo taxas de juros elevadíssimas que asfixiam o conjunto da economia. Ao propagar rendimentos superiores a 40%, pretende alongar a renovação desses papéis. Mas, com esse artifício, não consegue atenuar a desvalorização geral dos títulos públicos, gerando desvalorização de ativos de todas as instituições que entesouram esses papéis.

Em qualquer cenário o pacto assinado com o diabo do FMI empurra a economia argentina para o precipício. Já se antevê o círculo vicioso de ajustes que contraem a atividade produtiva, deterioram a receita fiscal, aumentam o déficit fiscal e desembocam em novos ajustes. O es-

A decisão de regressar ao FMI confirma a seriedade da conjuntura. É uma medida desesperada que surpreendeu os próprios financistas. Indica o pânico de um governo que procura impedir a corrida contra o peso a qualquer preço. O Fundo será duríssimo com o país

pelho da Grécia está à vista, com eventuais elementos de estagflação.

A antecipação desse quadro desponta no novo nível de inflação anual de 30%. Se a taxa de juro não baixar rapidamente, a recessão será inevitável. O governo cortou 30 bilhões de pesos do investimento público, mas o FMI exigirá uma paralisação total. Nos próximos meses, ninguém se recordará da ficção estatística de menor pobreza que o governo difundiu. Basta observar a pavorosa expansão da mendicidade nas ruas para observar qual é o panorama social com que o país se depara.

REAGIR A TEMPO

A gestão da bomba que o governo instalou dependerá da memória e capacidade de reação popular. O repúdio total ao acordo com o FMI foi antecipado pelas pesquisas realizadas antes da negociação. Entre os 75% dos entrevistados que rechaçam o acordo, está a maioria dos votantes de *Cambiamos* - nome do movimento que conduziu Macri ao poder.

O retorno ao FMI tem um significado emocional enorme. Recria todo o sucedido em 2001. Por isso já se difundem tantas analogias com o bloqueio De la Rúa, quando ele tentou refinar a dívida junto ao FMI, o que foi um fracasso e conduziu ao colapso de 2001. É im-





ETIM ABRAMOVICH/AFIP

prescindível transformar essa bagagem em rejeição ativa, mobilização e propostas alternativas. O ponto de partida é ganhar a rua para gerar uma drástica reversão do curso atual. O clima de aceitação tácita das desregulamentações - que os grandes meios de comunicação propagam - desprotege a economia. Para evitar o agravamento da crise, há que reintroduzir todas as regulações eliminadas pelo governo. São medidas básicas face à emergência.

O controle do câmbio é tão urgente como a proibição da livre entrada e saída dos capitais. Os depósitos dos pequenos poupadores devem ser protegidos, enquanto os grandes bancos e detentores de títulos devem suportar as perdas dos títulos desvalorizados. Há que erradicar todos os mitos sobre a adversidade de um controle cambial. Os dólares não são um bem privado de livre disponibilidade. Sem controle do entesouramento e circulação, não há forma de lidar com a fuga de capital.

Em lugar de voltar ao FMI, é necessário investigar a dívida contraída nos últimos anos e levar ao tribunal os responsáveis por essa aventura. Luís Caputo, ministro das Finanças; Nicolás Dujovne, ministro da Fazenda; e Federico Sturzenegger, presidente do Banco Central deveriam estar perante à justiça. Enquanto se verifica o estado real das contas públicas, há que se parar a hemorragia de divisas que o pagamento dos juros impõe. A crise atual começou com a submissão aos “fundos abu-

Em qualquer cenário, o pacto assinado com o FMI empurra a economia para o precipício. Já se antevê o ciclo vicioso de ajustes que contraem a atividade produtiva, deterioram a receita fiscal, aumentam o déficit fiscal e desembocam em novos ajustes. O espelho da Grécia está à vista, com eventuais elementos de estagflação

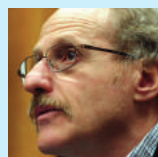
tres” e não pode ser resolvida sem ajustar contas com os depredadores do tesouro nacional. A gestão estatal do sistema financeiro é uma condição para emergir da delicada situação atual.

Apenas, assim, o custo da crise recairá sobre os seus causadores e não sobre a maioria popular. Esse caminho requer uma frontal batalha de ideias com todos os economistas da direita que se apropriaram da televisão.

A intensidade da mobilização nas ruas definirá quem ganha o jogo. Em plena confusão popular face ao abalo financeiro, essa reação é agora limitada. Está pendente o reaparecimento da grande força conseguida nas ruas nas jornadas contra a reforma previdenciária e na campanha pela descriminalização do aborto. A rejeição do FMI ocupa agora o primeiro lugar de qualquer reivindicação.

É urgente frear a maior agressão contra as conquistas populares dos últimos anos. O tão anunciado mega ajuste se aproxima, finalmente. Face à artilharia que o governo, o FMI e os capitalistas preparam, há que se construir as defesas populares a toda velocidade. Tal como já ocorreu no passado, de novo são eles ou nós.

(Tradução de Rosa Maria Marques)



Claudio Katz
é economista
e professor da
Universidade de
Buenos Aires

O ANO NOVO LUNAR

A Ofensiva do Tet, a derrota que se transformou em vitória

O primeiro grande acontecimento político de dimensões planetárias no ano de 1968 aconteceu do outro lado do mundo. No final de janeiro, a guerrilha comunista vietnamita realizou uma ofensiva-surpresa com mais de 80 mil combatentes em mais de 100 cidades. Embora derrotada, ela mostrou ao mundo a crueza da guerra. Quando as televisões dos EUA mostraram os corpos de centenas de jovens voltando para casa envolvidos em sacos plásticos pretos, a oposição interna ao conflito imperial acelerou a busca pela paz

Luiz Arnaldo Dias Campos

O Tet Nguyen Dan ou, simplesmente, Tet, o mais popular feriado vietnamita, marca a chegada do Ano Novo Lunar e da primavera. Nos dias que antecedem a data - entre o final de janeiro e o começo de fevereiro - as pessoas ornaram suas casas com flores, organizam visitas para parentes distantes, elaboram as homenagens que serão prestadas aos ancestrais. Mas, naquele ano de 1968, milhões de vietnamitas prepararam a festividade, armazenando armas e munições, recebendo combatentes disfarçados em suas casas e mapeando a posição das tropas estadunidenses e seus aliados. No dia 30 de janeiro a festa começou com 80 mil soldados e guerrilheiros do Exército Popular do Vietnam - Vietnam do Norte - e da Frente de Libertação Nacional - Vietcong - atacando mais de cem alvos, no território sul vietnamita, incluindo trinta e seis capitais provinciais e Saigon, a capital do país.

Preparada minuciosamente pelo general Võ Nguyên Giáp, comandante do exército do Vietnã do Norte, a ofensiva tinha como objetivo máximo abrir caminho para levantes insurrecionais. A meta mínima era alterar o curso da guerra, causando impacto mundial. A segunda foi plenamente atingida

Denominada de Tong Cong Kech-Grande Levante Geral - a operação que ficou conhecida como a Ofensiva do Tet, durou até junho e mudou a sorte da guerra, transformando a vitória já cantada pelos generais norte-americanos - presentes no país havia 24 anos - numa acachapante derrota. Preparada minuciosamente pelo general Võ Nguyên Giáp, comandante em chefe do EPV, a ofensiva tinha como objetivo máximo abrir caminho para levantes insurrecionais. A meta mínima era alterar o curso da guerra imperialista causando impacto mundial. O segundo objetivo foi plenamente atingido.

Este se define particularmente pela conquista de Hué, antiga capital imperial e o combate nas ruas de Saigon, com os vietcongs ocupando a embaixada dos Estados Unidos e 80% da cidade. Os feitos impressionaram o mundo. Afinal de contas, não havia muito tempo o comandante em chefe das forças estadunidenses, general William Westmoreland,

havia previsto a vitória na guerra em curto prazo. As imagens da luta aberta em cidades consideradas “seguras” pelos agressores arrebatou a credibilidade do governo Lyndon Johnson.

IMPACTO NA OPINIÃO PÚBLICA

As fotos e as reportagens veiculadas pelas revistas e televisões impactaram a opinião pública mundial em muitos sentidos. Demonstraram a capacidade militar do EPV e dos vietcongs e o grande apoio do povo vietnamita à causa da unificação. Parecia impossível infiltrar milhares de combatentes nas periferias e centros das cidades controladas pelos norte-americanos e o governo títere do Vietnam do Sul, sem a ajuda efetiva da população. A famosa fotografia do Chefe de Polícia de Saigon, general Nguyễn Ngọc Loan, estourando com um sumário tiro de pistola a cabeça do dirigente vietcong Nguyễn Văn Lém, publicada em fevereiro de 1968, demonstrou melhor do que mil palavras a barbárie política imperialista e de seus aliados.

OFENSIVA DE LONGO ALCANCE

Essa política atroz veio à tona outra

A famosa fotografia do Chefe de Polícia de Saigon, general Nguyễn Ngọc Loan, estourando com um sumário tiro de pistola a cabeça do dirigente vietcong Nguyễn Văn Lém, publicada em fevereiro de 1968, demonstrou melhor do que mil palavras a barbárie política imperialista e de seus aliados

vez em 16 de março daquele ano, quando durante as operações da contra-ofensiva, uma companhia de infantaria norte-americana massacrrou a aldeia de My Lai. Foram assassinados mais de 500 civis desarmados.

A ampla divulgação do fato colaborou imensamente para o isolamento político da agressão imperial. Nas manifestações que sacudiram os quatro cantos do Ocidente, em 1968, as bandeiras da República do Vietnam e do Vietcong foram carregadas orgulhosamente por milhares de manifestantes pelas ruas de cidades como Paris, Rio de Janeiro, Berlim e Washington. Como consequência direta da Ofensiva do Tet, a oposição à guerra cresceu exponencialmente dentro dos Estados Unidos, sublevando os campi universitários, fortalecendo organizações como o Black Panther, o Students for a Democratic Society-SDS e outros movimentos de contestação, como dos veteranos de guerra, mulheres e a contracultura. Em 21 de outubro, 100 mil manifestantes se reuniram diante do Pentágono, e em novembro, 500 mil ocuparam as ruas da capital norte-americana. Nos anos 1969-1970, o FBI

DUKE UNIVERSITY



listou 1.785 manifestações estudantis anti-guerra, com 313 ocupações de escolas. O presidente Lyndon Johnson foi obrigado a substituir o general William Westmoreland do Comando Supremo no Vietnam e desistiu de concorrer à reeleição. O presidente seguinte Richard Nixon, apesar do seu conhecido reacionarismo, foi obrigado a abrir negociações de paz no Sudeste Asiático.

UMA VITÓRIA HISTÓRICA

No teatro de operações, a Ofensiva do Tet, fortaleceu enormemente a resistência vietnamita, a confiança na vitória e realimentou a capacidade de sacrifício do povo. Além da batalha no centro de Saigon e a ocupação de Huế, por vinte e seis dias, as tropas do EPV e do Vietcong, durante a campanha, cercaram por 77 dias a base aeronaval de Khe Shan e impuseram duras perdas aos norte-americanos e tropas sul-vietnamitas.

Com o passar dos meses as forças estadunidenses reconquistaram praticamente todas as posições perdidas no começo da ofensiva. Militarmente, uma derrota para os vietcongs. Mas, como

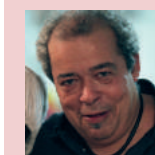
No teatro de operações, a Ofensiva do Tet, fortaleceu enormemente a resistência vietnamita, a confiança na vitória e realimentou a capacidade de sacrifício do povo. Ela foi o começo de uma grande marcha que culminou, em 30 de abril de 1975, com a maior derrota política e militar da história dos Estados Unidos

explicou o grande analista militar Carl Von Clausewitz (1780-1831) “a guerra é a continuação da política por outros meios”. A vitória política e moral dos vietnamitas foi insofismável.

O atual Secretário Geral do Partido dos Trabalhadores do Vietnam, Nang Duc Manh, durante as comemorações da vitória neste ano, destacou: “A ofensiva do Tet abriu uma nova página da Guerra e afetou profundamente a capacidade de agressão do imperialista americano”.

Na verdade, ela foi o começo de uma grande marcha que culminou, em 30 de abril de 1975, com a entrada de um tanque com a bandeira do vietcong nos jardins do Palácio Presidencial de Saigon, impondo aos Estados Unidos a maior derrota política e militar da sua história.

Para todos que viveram aqueles dias a lembrança da gloriosa Ofensiva do Tet permanece inesquecível.



Luiz Arnaldo Dias Campos é cineasta e militante do PSOL



EDDIE ADAMS/1968

Fake news

Como enfrentar a desinformação sem cercear a liberdade de expressão

Bia Barbosa e Jonas Valente

A polêmica sobre notícias falsas na rede não pode servir de álibi para grandes corporações midiáticas definirem o que pode ou não ser divulgado, dando curso a uma espécie de censura privada. Até mesmo figuras de proa do Judiciário acabam fortalecendo a ideia de que a imprensa tradicional seria uma espécie de “guardião da verdade” em meio à multiplicação de vozes e opiniões pela internet.

As campanhas eleitorais vêm passando por uma série de mudanças, marcadas, sobretudo, pelo uso intenso das novas tecnologias de informação e comunicação. Plataformas digitais como facebook e aplicativos de mensagens como o whatsapp já passaram a ser um espaço privilegiado de circulação de informações e busca do eleitorado. Tal avalanche comunicacional tem gerado, por outro lado, um debate sobre quais informações são verdadeiras e como fazer para identificar cada uma delas.

Episódios como as eleições presidenciais dos EUA, em 2016, e o referendo do Brexit no Reino Unido, em 2017, incitaram ainda mais o debate sobre a possível influência de informação manipulada, incluindo as chamadas *fake news*, no resultado de eleições.

Em outubro passado, no Brasil, o Tribunal Superior Eleitoral-TSE criou um Conselho Consultivo para propor uma forma de fiscalizar e impedir a reprodução/compartilhamento de notícias falsas na internet.

Episódios como as eleições presidenciais dos EUA, em 2016, e o referendo do Brexit no Reino Unido, em 2017, incitaram ainda mais o debate sobre a possível influência de informação manipulada, incluindo as chamadas *fake news*, no resultado de votações



NTD500/123RF

Convidou o Exército, a Agência Brasileira de Inteligência-Abin, a Polícia Federal, entre outros órgãos, para discutir regras a serem aplicadas no país. Desde então, o presidente da Corte, Luiz Fux, tem feito afirmações preocupantes, incluindo a de que o resultado de uma disputa eleitoral poderia ser anulado “se o resultado da eleição for fruto de uma *fake news*”. Segundo Fux, a anulação seria feita com base no Código Eleitoral, que já considera crime a divulgação de propaganda com fatos sabidamente inverídicos relacionados a partidos ou candidatos.

Mas, como comprovar que a maioria dos mais de 100 milhões de eleitores brasileiros terá tido seu voto influenciado por uma ou várias informações manipuladas? Num contexto de ruptura democrática já em curso, a declaração é preocupante, principalmente porque as *fake news* poderiam, nesse caso, ser usadas como pretexto por aqueles que não concordarem com um resultado das urnas.

IGNORANDO A LEGISLAÇÃO

Fux engrossa o discurso daqueles que defendem a necessidade de um novo marco legal no país para combater as chamadas notícias falsas. Qualquer lei que seja aprovada agora pelo Congresso não terá mais validade para o pleito deste ano. Mesmo assim, em junho, por ocasião de uma Comissão Geral realizada sobre o tema no Plenário na Câmara dos Deputados, o presidente da Casa, Rodrigo Maia do DEM-RJ, propôs a criação de “conselhos de supervisão” que poderiam ordenar a remoção de determinado conteúdo da rede, de forma provisória, antes da deliberação final do Poder Judiciário. Para Maia, a medida seria necessária porque “a internet não pode ser espaço de vácuo legal, terra sem lei”.

O presidente do TSE, Luiz Fux, tem feito afirmações preocupantes, incluindo a de que o resultado de uma disputa eleitoral poderia ser anulado “se o resultado da eleição for fruto de uma *fake news*”. Mas como comprovar que a maioria dos mais de 100 milhões de eleitores brasileiros terá tido seu voto influenciado por uma ou várias informações manipuladas?

O presidente da Câmara ignora, assim, não apenas o Marco Civil da internet, lei aprovada em 2014 e que se tornou referência global para a regulação de direitos e deveres no mundo *online*, como todo o marco normativo brasileiro para crimes contra a honra – injúria, calúnia e difamação – e que já pode ser utilizado para o tratamento de notícias falsas que circulam na rede. Esse marco foi base, por exemplo, para a recente decisão da Justiça sobre as mentiras disseminadas nas redes sociais, após o assassinato da vereadora do PSOL do Rio de Janeiro, Marielle Franco, e do motorista Anderson Gomes.

Mesmo assim, o Congresso brasileiro foi tomado por dezenas de novos projetos de lei propondo enfrentar o fenômeno, baseados em dois eixos centrais: 1) a criminalização, com a criação de um novo tipo penal, da produção e compartilhamento das *fake news*, numa resposta punitivista ao problema; e 2) a remoção imediata, pelas plataformas, de conteúdos considerados falsos. Essa tentativa de regulamentar a retirada de conteúdos da internet, por suposta falsidade ou suposta ofensa a terceiros, vem sendo reiterada por inúmeros deputados federais, que veem aí uma oportunidade de silenciar vozes dissonantes durante a disputa eleitoral.

Em paralelo, a imprensa tradicional brasileira tem, em uníssono, utilizado a polêmica para tentar retomar o histórico lugar de “guardião da verdade”, como se os noticiários dos grandes meios impressos e televisivos fossem isentos e tivessem o privilégio exclusivo sobre a produção de informação “de qualidade”. Essa suposta isenção ignora, inclusive, o histórico de desinformação, com notícias flagrantemente falsas, assuntos manipulados e pautas silenciadas pelos meios tradicionais do país, por decisão de grupos econômicos, políticos e/ou religiosos proprietários desses meios e/ou pressão de seus anunciantes. Trata-se de um movimento que visa manter o domínio dos grupos comerciais, que sempre se beneficiaram de uma estrutura de mercado concentrada, afetando a diversidade e pluralidade de ideias e a qualidade do debate público, sobretudo, num ano eleitoral.

RISCOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A regulação acerca das chamadas “notícias falsas” traz a necessidade de um olhar cuidadoso para evitar que o combate a esse

fenômeno resulte na violação de direitos fundamentais como a liberdade de expressão, o acesso à informação e a privacidade dos usuários de internet.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que o próprio conceito de *fake news* é questionado por diversos especialistas em todo o mundo. No relatório *Uma abordagem multidimensional sobre a desinformação*, lançado em março de 2018, o Grupo de Alto Nível da União Europeia sobre *fake news* e desinformação *online* aponta para uma taxonomia diversa da ideia de “notícias falsas” e defende que o debate seja feito baseado nos conceitos de “desinformação”, “informações ludibriadoras” ou “notícias fraudulentas”. Aspectos como contexto, interpretação e autoria das informações devem ser considerados na análise de qualquer conteúdo.

Nesse sentido, um primeiro risco da regulação da questão passa por conceituar o tema. Em *workshop* organizado em abril pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, especialistas de diferentes setores apontaram que qualquer definição de *fake news* não pode ser vaga e ampla, sob o risco de cercear o debate político. A caracterização de um conteúdo como “notícia falsa” deveria, assim, requerer pontos como: a) a simulação/fabricação de um discurso/notícia factual, o que, por princípio, excluiria conteúdos opinativos dessa caracterização; b) a distorção deliberada de fatos e dados; e c) a difusão visando um dano específico, considerado o elemento da intencionalidade no processo.

A preocupação com a conceituação é mais do que justificada, considerando que entre um conteúdo totalmente falso e um “verdadeiro” existem gradações infinitas. Se, por um lado, um fato ou dado totalmente falso pode ser facilmente identificado, por outro, todo o restante carece de uma análise mais complexa. Preocupantemente, projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional trabalham com conceitos ainda mais vagos, como o de “informações prejudicialmente incompletas”.

Um segundo aspecto central do debate é sobre a quem cabe analisar um conteúdo e caracterizá-lo como *fake*. Alguns países têm adotado medidas temerárias nesse sentido.

O pretexto de combater a proliferação de notícias falsas tem gerado um cenário de derrubada generalizada de conteúdos, restringindo a emissão de críticas legítimas

A imprensa tradicional tem, em uníssono, utilizado a polêmica para tentar retomar seu histórico lugar de “guardião da verdade”, como se os noticiários dos grandes meios impressos e televisivos fossem isentos e tivessem o privilégio exclusivo sobre a produção de informação “de qualidade”

e silenciando vozes dissidentes, sob a preocupação da comunidade internacional. É o caso da lei alemã, que obriga plataformas a derrubarem em 48 horas qualquer conteúdo com fortes indícios de serem “ilegais”. A norma tem sofrido tantas críticas que a gestão Merkel já considera revê-la. Na Malásia, onde a disseminação de *fake news* foi criminalizada, um turista dinamarquês foi preso por ter publicado em uma rede social mensagem sobre o tempo de atendimento de uma ambulância diferente do efetivamente ocorrido.

INTERESSE PÚBLICO

Em março de 2017, os relatores especiais para a Liberdade de Expressão de diversos organismos internacionais, como a ONU, publicaram conjuntamente um documento intitulado *Declaração sobre a Liberdade de Expressão e Notícias Falsas, Desinformação e Propaganda*. Entre as recomendações feitas pelos relatores está a de que restrições à liberdade de expressão devem, necessariamente, considerar o interesse público, em casos como incitação à violência ou à discriminação.

No Brasil, o Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965/14 - estabelece que o provedor de aplicações da rede, somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de informações geradas por terceiros, se não derrubar o conteúdo após determinação da Justiça. Os casos relacionados à honra, à reputação ou a direitos de personalidade podem ser apresentadas perante os juizados especiais, Art.19, § 3.

O objetivo de tal dispositivo, baseado em padrões internacionais, é impedir que haja, por parte das plataformas digitais, remoções indiscriminadas de conteúdo na internet que resultem na prática de censura privada. Qualquer tentativa de regular a questão deve, portanto, passar pelo crivo judicial, que é quem tem as melhores condições para avaliar se houve danos na veiculação de determinado conteúdo. Mídias *online*, e não as redes sociais, devem sim, ser responsabilizadas pela veiculação de notícias comprovadamente falsas. Mas decisões tomadas a posteriori por juízes e não pelas plataformas permitem o contraditório e a ampla defesa em juízo.

POUCA TRANSPARÊNCIA

Atualmente, plataformas como Google e Facebook já têm realizado filtros automati-



zados e pouco transparentes, baseados em algoritmos ou bloqueadores, para derrubar o alcance de determinados conteúdos na internet, quando não para removê-los por completo, incorrendo muitas vezes em censura privada. O Facebook, por exemplo, analisa conteúdos considerados “caça-cliques” e já removeu cerca de 600 milhões de notícias falsas no primeiro trimestre de 2018 em todo o mundo.

Em maio, a rede social anunciou uma parceria com agências de checagem. A partir da notificação de usuários, o conteúdo é enviado para a análise das agências e, se for considerado inverídico, terá seu alcance reduzido. Menos de um mês depois, porém, a checagem da agência Lupa, parceira do Facebook, em torno da entrega de um terço do Vaticano ao ex-presidente Lula, na prisão em Curitiba, comprovou os argumentos de quem ver no mecanismo um risco para a liberdade de expressão.

Entre declarações do Vaticano, do Partido dos Trabalhadores e do consultor do Pontifício Conselho Justiça e Paz do Vaticano, Juan Grabois, a agência carimbou uma matéria do Portal Fórum como *fake*, posteriormente, comprovada como verdadeira. Mas o estrago já havia sido grande. Além da redução do alcance da publicação,

O pretexto de combater a proliferação de notícias falsas tem gerado um cenário de derrubada generalizada de conteúdos, restringindo a emissão de críticas legítimas e silenciando vozes dissidentes

o Facebook notificou todos os usuários que haviam compartilhado a notícia de que ela vinha de uma página que produzia *fake news*.

Nada contra, pelo contrário, à checagem de notícias. Trata-se de uma prática do bom jornalismo. Mas, transformar as agências em certificadoras definitivas de conteúdos que poderão ou não circular livremente nas redes é algo que vai na contramão da promoção de um ambiente de liberdade de expressão. Iniciativas das plataformas que absolutizam a referência desses checadores e da mídia tradicional são, portanto, bastante preocupantes, e podem reproduzir, num ambiente de monopólio na internet, a concentração que já vivenciamos nos meios tradicionais, com sérios impactos à diversidade e pluralidade.

CONTROLE OU CENSURA?

O Google, infelizmente, tem trafegado no mesmo sentido. Além de estampar um selo de checagem de fatos em notícias, informa que tem aprimorado seu algoritmo para não priorizar nas buscas conteúdos considerados enganosos. Se seguirem agindo como editoras de conteúdo, cabe perguntar se a não responsabilização judicial das plataformas por informações emi-

tidas por terceiros deve permanecer como tal. Sobretudo, num contexto eleitoral, também cabe perguntar se o controle do fluxo de conteúdos na internet por gigantes globais do setor não ameaça a própria soberania nacional.

Em terceiro lugar, criminalizar o compartilhamento de conteúdos pelo público geral configura medida totalmente desproporcional. Por maior que seja o efeito dos compartilhamentos, condenar à prisão indivíduos por, simplesmente, redistribuírem ou promoverem conteúdos dos quais não são autores ou que não modificaram não pode ser visto como uma medida eficaz para enfrentar esse problema. Na maior parte das vezes, o cidadão comum sequer tem informações ou estrutura para verificar a veracidade de um conteúdo que circula pela internet. Apontar, nessa direção, só fará os usuários digitais exercerem autocensura e deixarem de compartilhar informações na rede. Isso pode ser extremamente danoso para um processo eleitoral democrático. Democracias em todo o mundo convivem com um grau de desinformação elevado, mas não com a censura. Assim, a responsabilização de criadores e disseminadores deliberados das chamadas “notícias falsas” deve passar muito mais por medidas civis e econômicas do que criminais.

CAMINHOS PARA ENFRENTAR O PROBLEMA

Em sociedades democráticas, é o confronto de ideias e a existência de debates abertos e plurais que podem combater a desinformação. É por isso que, em sua declaração conjunta, os relatores da ONU e da OEA para liberdade de expressão afirmam que os Estados – incluído o poder Legislativo – têm a obrigação de promover um ambiente de comunicação livre, independente e diverso, o que inclui a promoção da diversidade nos meios de comunicação e, também, a existência de meios de comunicação pública fortes, independentes e dotados de recursos adequados.

Já as plataformas devem ser neutras e transparentes. Essa discussão avança em todo o mundo e ganhou corpo após o escândalo do Facebook e da Cambridge Analytica. Há diversos mecanismos que poderiam ser pensados para garantir transparência sobre seu funcionamento e ampliar o controle dos usuários sobre os conteúdos que publicam e acessam, desmontando os

**A regulação
acerca das
chamadas
“notícias
falsas” traz a
necessidade
de um olhar
cuidadoso para
evitar que o
combate a esse
fenômeno resulte
na violação
de direitos
fundamentais
como a liberdade
de expressão,
o acesso à
informação e
à privacidade
dos usuários de
internet**

efeitos bolha e a estrutura de monetização que estimula a criação e difusão das chamadas notícias falsas. Um regramento importante seria, por exemplo, assegurar transparência sobre conteúdos pagos, obrigando as plataformas a manterem registros de anúncios e postagens impulsionados, valores, anunciantes e alcance – especialmente nas eleições, como forma de evitar o abuso do poder econômico na propaganda na Internet.

Do ponto de vista legislativo, a única lei que pode contribuir de fato para evitar a potencialização das chamadas notícias

falsas é uma Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. A produção e direcionamento das chamadas *fake news* hoje é fruto da coleta e tratamento maciços e indiscriminados de dados pessoais. Por isso, como já recomendou a Comissão Europeia, quanto maior a proteção e o controle dos usuários sobre suas informações, menor a incidência de intermediários e da dinâmica que estimula a promoção das chamadas notícias falsas, seja por motivação política por meio de conteúdos impulsionados, seja para fins de monetização por meio da busca de *likes* e compartilhamentos. A Câmara dos Deputados já aprovou um projeto nesse sentido, que aguarda agora votação pelo Senado (PLC 53/18).

DEBATE QUALIFICADO

Por fim, políticas públicas de educação para a mídia e a promoção de práticas de empoderamento digital são fundamentais para serem colocadas em curso, incluindo aí o fomento à produção de conteúdos positivos e contranarrativas que engajem a sociedade num debate mais qualificado.

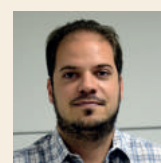
Por isso ONU, OEA, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa-OSCE e a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos-CADHP defendem “o desenvolvimento de iniciativas participativas e transparentes para uma melhor compreensão do impacto da desinformação e da propaganda na democracia, na liberdade de expressão, no jornalismo e no espaço cívico”.

Se o Brasil apostar nessas medidas preventivas, atacando as causas do problema, a chance que teremos de construir um ambiente de debate público menos permeável à desinformação será, sem dúvidas, muito maior, mais efetiva e mais perene.

Senão, seguiremos enxugando gelo.



Bia Barbosa e Jonas Valente são jornalistas e diretores do Intervozes. Texto elaborado a partir da contribuição apresentada pelo Intervozes à Frente Parlamentar pela



Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação com Participação Popular, da Câmara dos Deputados.

FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS

COM NOVO SITE

LAUROCAMPUS.ORG.BR



/fundacaolaurocampos



Fundação Lauro Campos



@fundacaolaurocampos



90anos

*Lutam melhor os que
têm belos sonhos*

